

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 29

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta a lote residual de restituição do IR 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre hoje consulta a lote residual de restituições 5

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera consulta de lote residual 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projetos aguardam atos de Lira para começar a tramitar 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sentença derruba cobrança de IRPJ e CSLL sobre benefício fiscal 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Ações sobre invalidez são suspensas 11

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 1,2 bi para aposentados e pensionistas 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Como me aposentar? - RECLAMAR ADIANTA 14

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5 15

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas têm até o dia 29 para enviar o informe de rendimentos do Imposto de Renda 2024 (inss) 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo avalia elevar restituição de impostos aos exportadores 18

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco: discussão em março 19

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O ano econômico segundo Haddad 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto Seletivo sobre petróleo e minério deve onerar exportações 23

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo enviará ao Congresso PL sobre reoneração da folha..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancadas impõem condições à reoneração..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração segue, em recuo do governo..... 27

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad confirma retirada da reoneração da folha de medida provisória, que manterá fim do Perse
..... 29

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/NACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresários: manifesto defende desoneração da folha..... 30

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo concorda em manter desoneração..... 31

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conta pode ser reduzida..... 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Para reduzir conta de luz, governo quer adiantar recursos da Eletrobras..... 33

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil não vai garantir passagens mais baratas..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Campos Neto diz que BC acompanha o efeito dos reajustes salariais na inflação..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado eleva projeções..... 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Campos Neto: economistas subestimaram crescimento..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Brasil pode crescer acima de 2% em 2024 (Artigo)..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fed reforça tom conservador em ata..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Com cenário já precificado, ativos têm reação morna a ata..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Campos Neto vê inflação de serviços "pouco acima" do esperado	44
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Juros mais perto da taxa 'neutra', diz Campos Neto	46
A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS ECONOMIA	
IIF aponta um crescimento anual recorde	47
A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA ECONOMIA	
Alemanha provavelmente está em recessão, diz BC	48
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Japão em recessão: e o Brasil com isso? - ECONOMIA PARA TODOS	49

Receita abre consulta a lote residual de restituição do IR

A **Receita Federal** abre hoje consulta a lote residual de restituição do Imposto de Renda. Segundo o fisco, serão contemplados 208,3 mil contribuintes, entre prioritários e não prioritários, que receberão R\$ 304 milhões. A consulta poderá ser feita a partir das 10h, no site da Receita ou pelo aplicativo Meu Imposto de Renda. O crédito bancário será feito na quinta-feira.

O lote contempla contribuintes que declararam o IR ou fizeram a declaração retificadora de anos anteriores no mês de fevereiro.

Para receber, é preciso que o cidadão tenha direito à restituição e não cometa nenhum erro ao enviar o documento ao fisco.

Do total a ser pago, R\$ 208,9 milhões são para contribuintes com prioridade garantida por lei, sendo 3.155 idosos acima de 80 anos, 25.536 contribuintes entre 60 e 79 anos, 3.351 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave, e 6.744 contribuintes cujamaior fonte de renda seja o magistério.

Há ainda o pagamento dos valores a 80,7 mil contribuintes que não têm prioridade legal, mas que têm esse direito por terem utilizado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição por Pix. Foram contemplados ainda 88,9 mil contribuintes não prioritários.

Consulta

A consulta é feita pela internet, no site da **Receita Federal**. O contribuinte precisa informar o número do CPF, a data de nascimento e os dados solicitados na tela.

Por essa consulta mais simples, o sistema não informa o valor da restituição, mas para quem entrar no lote aparecerá que o pagamento será feito, a data do depósito e a forma indicada pelo contribuinte para recebimento, se conta bancária ou Pix.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Receita abre hoje consulta a lote residual de restituições

BRASÍLIA

A **Receita Federal** informou que abre hoje, a partir das 10 horas, as consultas a um lote residual de restituições do Imposto de Renda de Pessoa Física 2023, referente ao ano-base 2022, e também relativa a anos anteriores. Os lotes residuais são os de contribuintes que caíram na malha fina do IR, mas depois regularizaram as pendências.

As consultas podem ser feitas: na página da Receita na internet; pelo aplicativo para tablets e smartphones. Ao todo, 208.323 contribuintes receberão R\$ 304,1 milhões em 29 de fevereiro, de acordo com a **Receita Federal**.

Desses, R\$ 208,9 milhões referem-se a contribuintes com prioridade no recebimento dos valores (idosos, pessoas com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e aqueles cuja maior fonte de renda seja o magistério).

Receita libera consulta de lote residual

(Cristiane Gercina/Folhapress)

A **Receita Federal** abre hoje consulta a lote residual de restituição do Imposto de Renda. Segundo o Fisco, serão contemplados 208,3 mil contribuintes, entre prioritários e não prioritários, que receberão R\$ 304 milhões.

A consulta poderá ser feita a partir das 10h, no site da Receita ou pelo aplicativo Meu Imposto de Renda. O crédito bancário será feito na próxima quinta-feira (29).

O lote contempla contribuintes que declararam o IR ou fizeram a declaração retificadora de anos anteriores no mês de fevereiro. Para receber, é preciso que o cidadão tenha direito à restituição e não cometa nenhum erro ao enviar o documento ao Fisco.

Do total a ser pago, R\$ 208,9 milhões são para contribuintes com prioridade garantida por lei, sendo 3.155 idosos acima de 80 anos, 25.536 contribuintes entre 60 e 79 anos, 3.351 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave, e 6.744 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Há ainda o pagamento dos calores a 80,7 mil contribuintes que não têm prioridade legal, mas que têm esse direito por terem utilizado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição por Pix. Foram contemplados ainda 88,9 mil contribuintes não prioritários.

A consulta é feita pela internet, no site da **Receita Federal**.

O contribuinte precisa informar o número do CPF, a data de nascimento e os dados solicitados na tela. Por essa consulta mais simples, o sistema não informa o valor da restituição, mas para quem entrar no lote aparecerá que o pagamento será feito, a data do depósito e a forma indicada pelo contribuinte para recebimento, se conta bancária ou Pix.

O pagamento da restituição é feito na conta bancária informada na declaração de Imposto de Renda ou por Pix. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado, caso em que a conta for desativada, por exemplo, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Neste caso, o contribuinte poderá reagendar o crédito no Portal BB, em <https://www.bb.com.br/irpf>,

ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800- 7290001 (demais localidades) e 0800-7290088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o pagamento não seja solicitado no prazo de um ano, é possível reagendar o depósito por meio do portal e-CAC, em "Declarações e Demonstrativos". Depois, vá em "Meu Imposto de Renda" e clique em "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária".

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-22-02-2024/>

Projetos aguardam atos de Lira para começar a tramitar

Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta De Brasília

Dos oito projetos de lei discutidos na sexta-feira (16) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com representantes da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, mais da metade aguarda atos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para começar a tramitar. Alguns estão parados há mais de oito meses.

O ministro da Fazenda deve se encontrar com Lira e os líderes dos partidos na próxima semana para tentar destravar esta agenda. No mercado financeiro, a percepção é de que parte dos projetos tramitará mais rapidamente, como o da resolução bancária, enquanto outros enfrentarão maior resistência, como as mudanças nas regras de arbitragem extrajudicial.

Antes da reunião de Haddad com os líderes e Lira para tentar destravar a tramitação desses projeto e de outros da pauta econômica, o presidente da Câmara e os representantes dos partidos serão recebidos nessa quinta-feira, às 19h, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O encontro faz parte de uma estratégia de aproximação do petista com os parlamentares.

Grande parte desta agenda de melhoria do ambiente no mercado de capitais e bancário está travada por decisão do presidente da Câmara - ou falta de decisão. Quarto projetos de lei aguardam que Lira os despache para as comissões ou nomeie um relator. Outro, enviado ainda no governo Bolsonaro (PL), está desde 2019 (ainda na gestão do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia) aguardando a criação de uma comissão especial para debatê-lo.

O Valor procurou Lira desde segunda-feira, mas ele não comentou. Entre seus aliados e também entre integrantes da equipe econômica do governo, o entendimento é de que a Câmara se concentrou ano passado na **reforma tributária** e nos projetos de maior impacto nas contas públicas, como o novo arcabouço fiscal, as mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e as apostas esportivas, e não teve tempo de debater esses temas mais "técnicos" defendidos pela Fazenda.

A trava nos projetos do governo também é uma forma de Lira concentrar mais poder nas negociações. Normalmente, os projetos protocolados são

encaminhados rapidamente para as comissões temáticas ou para comissões especiais criadas especificamente para analisá-los. No caso dos projetos do governo, a ordem é para que todos passem pela avaliação prévia de Lira.

Diante da paralisia, Haddad pediu ajuda do setor financeiro para impulsionar a votação dos projetos. Isso ocorreu em reunião na sexta-feira com o presidente da Febraban, Isaac Sidney, e com os executivos dos maiores bancos do país, como Marcelo Noronha (Bradesco), Tarciana Medeiros (Banco do Brasil), Carlos Vieira (Caixa Econômica Federal) e Mario Leão (Santander).

"Viemos pedir o apoio da Febraban porque tem um impacto muito favorável no mercado de crédito, no mercado de capitais no Brasil", disse Haddad no fim do encontro. "Alguns já estão há mais de um ano aguardando designação de relator", afirmou. O ministro acrescentou que quer fazer chegar aos presidentes da Câmara e do Senado o pedido de que sejam escolhidos relatores "tecnicamente qualificados", capazes de dialogar sobre o tema.

Dentro do setor financeiro, a avaliação é de que os projetos podem ser discutidos mais rapidamente no "vácuo" da agenda econômica até a chegada da regulamentação da **reforma tributária** no fim de março. Uma dessas propostas com tramitação mais simples é a mudança no sistema de infraestrutura do mercado financeiro (PL 2926/2023), com divisão mais clara das competências do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outro desses projetos (PLP 281/2019) é o novo regime de resolução bancária, aplicado pelo Banco Central para instituições financeiras e seguradoras com risco de falência. O texto, elaborado pela equipe técnica e enviado ainda no governo Bolsonaro, atualiza os regimes existentes para ajudar na recuperação financeira desses bancos e preservar o dinheiro dos clientes.

Por outro lado, há propostas consideradas mais complexas, como o PL 2925/2023, que busca dar mais transparência aos processos arbitrais e garantir maior proteção aos acionistas minoritários contra prejuízos causados por acionistas controladores ou administradores de companhias abertas. Esse texto foi

enviado em regime de urgência, mas o governo recuou diante da pressão de Lira e da necessidade de votar projetos da área fiscal.

No caso dos dois projetos no Senado, ambos já estavam em tramitação e a atual equipe econômica resolveu dar apoio. Os textos, para instituir uma lei geral do mercado de seguros e mudar a execução extrajudicial de títulos, estão nas comissões.

"Alguns já estão há mais de um ano aguardando relator"

Fernando Haddad

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187796>

Sentença derruba cobrança de IRPJ e CSLL sobre benefício fiscal

Beatriz Olivon De Brasília

A 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro afastou a cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre benefício fiscal de ICMS (crédito presumido) concedido à Engetech Comércio e Indústria de Plásticos. Essa é a primeira sentença sobre o assunto que se tem notícia. Já existem também ao menos oito liminares, em diferentes Estados, no mesmo sentido.

O movimento dos contribuintes foi iniciado com a edição da Lei nº 12.973/2014, que alterou as regras de tributação de incentivos fiscais para investimentos concedidos por Estados. A norma veio depois de julgamento realizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto, em 2023, e é uma das principais medidas do Ministério da Fazenda para cumprir a meta fiscal e zerar o déficit das contas públicas em 2024 - a estimativa era que a tributação poderia gerar R\$ 35 bilhões.

A lei, conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.185, de 2023, revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014, que instituiu requisitos para as empresas não terem os benefícios fiscais tributados, como constituir uma reserva de lucros. Tributaristas defendem, porém, que as novas regras não poderiam ser aplicadas ao crédito presumido. Mas esse não é o entendimento adotado pela **Receita Federal**.

No pedido, a Engetech afirma que é beneficiada com incentivo fiscal de ICMS - crédito presumido - concedido pelo Estado do Rio de Janeiro e que as alterações da MP nº 1.185 são "ilegais e inconstitucionais" (processo nº 5132861-84.2023.4.02.5101).

Na decisão, o juiz federal Marcelo Barbi Gonçalves afirma não vislumbrar as alegadas ilegalidade e a inconstitucionalidade na MP. "Não há ilegalidade por dispor de forma diversa da lei anterior, até porque não alterou o conceito de subvenção, mas apenas mudou a forma como o contribuinte poderá se beneficiar dos valores respectivos", afirma.

Porém, para o magistrado, apesar da mudança legislativa, a situação da empresa não deveria ser alterada. Ele destaca na sentença que o STJ, quando julgou o assunto (REsp 1517492), entendeu que os requisitos legais estabelecidos para que um benefício

fiscal não fosse computado na base de cálculo do IRPJ e da CSLL não deveriam ser aplicados ao crédito presumido.

"Ao excluir o crédito presumido de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, sob o fundamento de violação do Pacto Federativo, tomou-se irrelevante a discussão a respeito do benefício fiscal como "subvenção para custeio", "subvenção para investimento" ou "recomposição de custos" para fins de determinar essa exclusão", afirma o juiz na decisão, acrescentando que a tributação pela União de benefício fiscal concedido por um Estado demonstra indevida ingerência sobre política fiscal adotada pelo ente, afetando a finalidade para a qual foi projetada.

Com a decisão, além de reconhecer o direito da empresa de não incluir o crédito presumido de ICMS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, o magistrado garantiu a ela o direito de compensar valores indevidamente recolhidos.

Segundo a advogada da empresa no caso, Mariana Ferreira, do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, a caracterização do pacto federativo é o ponto mais desrespeitado pela nova lei. Ela destaca que o caso foi específico para impedir a cobrança do IRPJ e da CSLL e que discussão a respeito da base de cálculo do PIS e da Colins fica para outra ação judicial, para não misturar os conceitos.

Pelo menos oito liminares foram concedidas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia e no Distrito Federal. Em geral, as decisões impedem a cobrança do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL e do PIS e da Cofins.

Os pedidos alegam ofensa ao pacto federativo. O argumento comum das empresas é de que o governo federal não pode tributar um incentivo dado pelo Estado, voltado para atrair empresas e fomentar a competitividade.

Na 3ª Vara Federal Cível e Criminal de Feira de Santana (BA), a juíza Camile Lima Santos, concedeu liminar a uma fabricante de colchões, que recebeu incentivos fiscais de ICMS dos Estados da Bahia e Pernambuco, na forma de créditos presumidos. Na liminar, levou em consideração que "o STJ consolidou

o entendimento de que os benefícios fiscais negativos de ICMS não se equiparam aos créditos presumidos para efeitos da aplicação do precedente estabelecido no EResp 1.517.492/PR" (processo nº 1002270-54.2024.4.01.3304).

Carolina Silveira, do escritório Fernando Neves advogados Associados, que defende o contribuinte, destaca que a decisão abrange, além do IRPJ e CSLL, o PIS e a Cofins. O juiz, acrescenta, aplicou nesse ponto o precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu o ICMS da base de cálculo das contribuições sociais.

"A Lei nº 14.789/2023 tem por objetivo, unicamente, esvaziar o entendimento do STJ sobre o assunto. Portanto, deve ser combatida pelo Judiciário. É uma afronta ao pacto federativo e ao conceito de receita", afirma a advogada.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que a sentença foi juntada aos autos ontem e está analisando a questão. O órgão não apresentou dados sobre o número de julgados sobre o tema (Colaborou Arthur Rosa, de São Paulo)

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187796>

Ações sobre invalidez são suspensas

(Cristiane Gercina/Folhapress)

Ações que discutem o cálculo da aposentadoria por invalidez após a reforma da Previdência de 2019 estão suspensas nos juizados especiais federais (JEFs) até que o Supremo Tribunal Federal (STF) defina um posicionamento sobre a constitucionalidade da regra.

O sobrestamento - paralisação do andamento de um processo judicial - foi definido pela Turma Nacional de Uniformização (TNU) em julgamento realizado no início deste mês. A turma uniformiza entendimentos em ações iniciadas nos JEFs, onde as causas têm valor máximo de 60 salários mínimos.

Os juízes decidiram que os processos só devem voltar a andar quando o STF julgar as ações diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que discutem se pontos da reforma da Previdência são constitucionais.

Dentre os questionamentos no Supremo está uma ADI sobre o cálculo do benefício por incapacidade permanente, antiga aposentadoria por invalidez.

A aposentadoria por invalidez é um dos benefícios que sofreu maior redução após a aprovação da Emenda Constitucional 103. Antes, o beneficiário recebia como aposentadoria 100% da média salarial calculada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) sobre os seus 80% maiores salários após julho de 1994.

Com a reforma, houve duas reduções. A primeira, no cálculo da média salarial, que agora leva em conta 100% dos salários do trabalhador desde julho de 1994, ou seja, não descarta os 20% menores.

O segundo redutor está no cálculo da própria aposentadoria, que é hoje de 60% da média salarial mais 2% a cada ano extra de contribuição ao **INSS** que ultrapassar 15 anos, no caso das mulheres, e 20 anos, no dos homens.

Adriane Bramante, do conselho consultivo do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) - que participa do processo na TNU como amicus curiae -, diz que um dos maiores problemas da nova regra é prever um benefício menor para o segurado aposentado por invalidez do que se ele estivesse afastado do trabalho de forma temporária, recebendo auxílio-doença. O motivo é que o auxílio-doença paga, na maioria dos casos, 91% sobre a média salarial.

"Acho bastante incompreensível a gente ter uma

pessoa com incapacidade total e permanente, em grau que deixa a pessoa incapaz para o trabalho, com uma renda menor do que um benefício temporário. Se você está totalmente incapaz para o trabalho, vai precisar de muito mais proteção", argumenta.

Para a advogada, no entanto, a decisão da TNU de sobrestar os processos foi acertada. "Ainda que a TNU decidisse pela inconstitucionalidade da regra, haveria um recurso ao STF", afirma.

A advogada Aline Danelon explica que a fórmula de cálculo traz redução drástica à renda de quem se aposenta por invalidez na comparação com a regra anterior.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-22-02-2024/>

Justiça libera R\$ 1,2 bi para aposentados e pensionistas

O Conselho da Justiça Federal (CJF) divulgou ontem a liberação de R\$ 1,2 bilhão para 75.085 aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganharam ações contra o órgão em janeiro deste ano. O pagamento é referente a casos em que não há mais chance de a Previdência entrar com recurso.

O montante representa 86% de um total de R\$ 1,4 bilhão liberado pelo CJF para o pagamento de 118.346 Requisições de Pequeno Valor (RPVs) - indenizações a devidas pelo governo federal no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720). Os herdeiros de beneficiários que já morreram também fazem jus ao pagamento dos atrasados, desde que comprovem legalmente o vínculo.

DOCUMENTAÇÃO Para facilitar a pesquisa na página do tribunal (veja ao lado como fazer a consulta), o segurado do **INSS** deve ter em mãos o número do CPF, o número do registro da RPV, o número do processo de origem, o número da requisição e/ou o número da OAB do advogado. Nem sempre é preciso informar todos os campos

COMO CONSULTAR

TRIBUNAL ESPECÍFICO

Para saber se vai ser contemplado agora, o beneficiário do **INSS** deve acessar o site do TRF de seu estado. No caso do Rio e do Espírito Santo, o tribunal responsável é o TRF2.

BUSCA ON-LINE

Os aposentados e os pensionistas cobertos pelo TRF2 devem acessar o link <https://abrir.link/7VaoP>, informar o CPF do beneficiário e preencher somente um dos campos: "N2 de registro de precatório ou RPV", "N2 do processo de origem" ou "NP da requisição (9 ou 11 dígitos)", para concluir a consulta.

NÚMEROS DO TRF 2

Para o TRF da 2ª Região (Rio e Espírito Santo), foram liberados R\$ 132,6 milhões. São 6.510 beneficiados de 4.621 processos. O valor total de ações previdenciárias e assistenciais liberado é de R\$108 milhões.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Como me aposentar? - RECLAMAR ADIANTA

ÁTILA A. NUNES

Leonardo Velloso, especialista em Direito Previdenciário, esclarece que, para garantir a aposentadoria em 2024, é imprescindível cumprir os requisitos estabelecidos pela Reforma da Previdência de 2019 ou pelas regras de transição. "Há diversos tipos de aposentadoria, como por idade, tempo de contribuição, invalidez e especial, cada um com exigências específicas" destaca.

Por idade, os homens devem ter 65 anos e as mulheres, 62, com tempo mínimo de contribuição de 20 anos para homens e 15 para mulheres. Já a aposentadoria por tempo de contribuição requer um período específico, com uma idade mínima progressiva de 63,5 anos para homens e 58,5 para mulheres em 2024.

A aposentadoria por invalidez demanda a comprovação de incapacidade total e permanente por meio de perícia médica do **INSS**. Enquanto a aposentadoria especial requer evidências de exposição a agentes nocivos à saúde durante um período determinado.

Outras opções de transição incluem pedágio de 50% ou 100% e a regra dos pontos, que exige 101 pontos para homens e 91 para mulheres em 2024. "Consulte seu extrato no Meu **INSS** ou procure um advogado especializado que possa oferecer orientação personalizada", destaca o especialista.

Estar bem informado é o primeiro passo para garantir uma aposentadoria tranquila e segura, reforça o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br. O atendimento é gratuito pelo e-mail jurídico @reclamaradianta.com.br ou pelo WhatsApp (21) 99328-9328.

Site: <https://flip.odia.com.br/>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 22/02/2024 - 07:20
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (22) a parcela de fevereiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 686,10. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,45 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 300 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 240 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,29 milhões de famílias estão na regra de proteção em fevereiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,45.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 5. O valor caiu para R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

Empresas têm até o dia 29 para enviar o informe de rendimentos do Imposto de Renda 2024 (inss)

As empresas têm até quinta-feira, 29 de fevereiro, para enviar a seus funcionários e prestadores de serviço o informe de rendimentos para a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2024 (ano-base 2023).

O prazo também vale para bancos e corretoras de investimentos disponibilizarem o documento a seus clientes.

Caso o informe de rendimentos não seja liberado até a data prevista, o trabalhador deve entrar em contato com o setor contábil ou de recursos humanos da empresa, ou com o gerente, no caso de bancos e corretoras, para fazer a solicitação.

Se o documento não for entregue no prazo ou vier com erro, a fonte pagadora fica sujeita ao pagamento de multa de R\$ 41,43 por informe.

Prestar informação falsa sobre rendimentos pagos, deduções ou imposto retido na fonte pode ainda gerar multa de 300% sobre o valor que for indevidamente utilizado como redução do imposto devido sobre a renda.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Daniel de Paula, especialista tributário da IOB, afirma que, como regra, o fornecimento do comprovante de rendimentos é realizado diretamente ao beneficiário de forma impressa, conforme modelo instituído pela **Receita Federal**, mas atualmente pode ser enviado por meio a eletrônico.

"A empresa pode fornecer comprovante por meio de processamento eletrônico de dados, e com isso adotar layout diferente do modelo disponibilizado pela Receita, desde que contenha todas as informações nele previstas, ficando dispensada assinatura ou chancela mecânica", diz.

A empresa pode enviar o informe por email ou no sistema interno, a chamada intranet. Mas, se preferir,

o trabalhador pode solicitar a via impressa do comprovante, sem custo.

O informe é necessário para o preenchimento da declaração de IR. Nele constam os valores recebidos ao longo de 2023, como salário, 13º e participação nos lucros, entre outras informações. Também estão anotados no documento descontos com plano de saúde e previdência privada, por exemplo.

Para o investidor, o documento mostra as aplicações, em renda fixa ou variável, e os rendimentos obtidos ao longo do ano.

Aposentados, pensionistas e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) já podem acessar o informe pelo site ou aplicativo Meu **INSS** e na agência onde recebem o pagamento.

A entrega da declaração do Imposto de Renda deve vai de março a maio. O especialista da IOB orienta reunir os documentos com antecedência para simplificar o processo e, principalmente, evitar que recibos importantes fiquem de fora da declaração favorecendo que o contribuinte cai na malha fina.

"Mesmo que o contribuinte opte pela declaração pré-preenchida, é obrigação dele verificar todos os valores e os documentos listados na declaração de Imposto de Renda de 2024", diz Paula.

"As informações dos documentos servem para a Receita cruzar os dados, saber quanto o contribuinte pagou de imposto durante o último ano e conferir se houve sonegação ou não. Quanto antes a pessoa reunir os documentos, mais tempo terá para ir atrás de recibos fundamentais que estão faltando", afirma.

Além do Informe de rendimentos, o contribuinte precisa do recibo de entrega da última declaração de Imposto de Renda, que pode ter sido salvo em PDF, no programa de declaração do ano anterior ou impresso.

Também é possível pedir a segunda via no site da **Receita Federal**, por meio do e-CAC, que é o centro de atendimento virtual da Receita. É preciso ter senha

do Portal Gov.br.

Além do recibo, é preciso ter em mãos alguns documentos pessoais e cadastrais, como:

Comprovante de despesas dedutíveis

O contribuinte também deve reunir todas as notas fiscais de gastos com educação, com procedimentos médicos, dentista, previdência privada e demais recibos que podem amortizar a base de cálculo do IR.

Compra e venda de bens

Também devem ser registradas as transações de compra e venda de bens como imóveis e automóveis. Se nessas movimentações o contribuinte obtiver ganho de capital e o esse lucro for renda tributável, é necessário baixar o programa GCAP (Ganhos de Capital) e fazer o pagamento devido à **Receita Federal**.

As regras para a declaração do Imposto de Renda de 2024 ainda serão divulgadas pela **Receita Federal**.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça

uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/empresas-tem-ate-o-dia-29-para-enviar-o-informe-de-rendimentos-do-imposto-de-renda-2024.shtml>

Governo avalia elevar restituição de impostos aos exportadores

**LUIZ GUILHERME GERBELLI BIANCA LIMA ANNA
CAROLINA PAPP**

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) estuda uma proposta para aumentar a alíquota do Reintegra de 0,1% para 2% nos próximos dois anos. O custo estimado da medida é de R\$ 11 bilhões por ano.

O Reintegra é um programa que restitui parte do imposto pago pelas companhias exportadoras.

Segundo a secretária de Comércio Exterior do Mdic, Tatiana Prazeres, a mudança pode aumentar as vendas externas do País em R\$ 25 bilhões até 2026.

A proposta está sendo discutida internamente no Mdic e ainda será debatida com a Fazenda, diante da necessidade de se encontrar espaço fiscal para o eventual aumento da alíquota. A ideia é criar uma espécie de transição para 2027, ano em que a **reforma tributária** começará a ser implementada de fato, dando início à desoneração de grande parte das exportações brasileiras.

Em 2011, quando foi criado, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o Reintegra tinha alíquota de 3%, mas que foi sucessivamente reduzida até cair a 0,1% - patamar em que permanece desde maio de 2018.

"(O aumento da alíquota) Seria por dois anos, 2025 e 2026, período em que o exportador brasileiro de produtos industrializados poderia ter o seu resíduo acumulado (de **impostos**) devolvido", disse Tatiana ao Estadão.

TRANSIÇÃO. A possibilidade de uma nova alíquota do Reintegra foi citada pela primeira vez pelo vice-presidente da República e ministro do Mdic, Geraldo Alckmin, na última segunda-feira, em evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

"Um tema que a gente deve avançar é tentar melhorar o Reintegra, que hoje está com (alíquota de) 0,1%. Faria um Reintegra de transição até chegar a **reforma tributária**, que aí resolve o problema, acaba a cumulatividade e desonera completamente exportação e desonera completamente investimento", disse

Alckmin.

A recomposição do Reintegra sempre foi uma das prioridades dos principais setores industriais do País. No início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma discussão para ampliar a alíquota, mas a equipe econômica não viu espaço fiscal para avançar com a medida. "O debate é retomado nesse novo contexto, em que há uma clareza sobre a **reforma tributária** e um horizonte de tempo", diz Tatiana.

"A vantagem da discussão neste momento é o fato de que o benefício é datado com prazo para acabar, porque ele seria colado na reforma." Como já existe uma lei para o Reintegra, se houver espaço fiscal, a alíquota pode ser ampliada por meio de um decreto.

EXPORTAÇÃO DE TRIBUTOS. O modelo atual é considerado disfuncional, já que as empresas brasileiras acabam exportando **tributos**, o que tira a competitividade do produto nacional no exterior. Hoje, quanto mais longa a cadeia de produção, maior é o resíduo tributário.

"Quanto mais longa a cadeia, maior será o efeito positivo da reforma; porque, quanto maior a cadeia, maior a cumulatividade que hoje marca o modelo tributário brasileiro." Nas contas do Mdic, por exemplo, esse resíduo é de pelo menos 3% do valor dos produtos de maior sofisticação. Os **tributos** federais que criam essa distorção nas exportações são IPI, PIS e Cofins. Em 2027, eles serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). "Do ponto de vista da desoneração das exportações, o ganho da **reforma tributária** é evidente", diz Tatiana. "Quanto mais longa a cadeia, maior o impacto positivo."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacheco: discussão em março

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que uma reunião no início de março com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e técnicos da pasta poderá avançar na busca por uma solução para a dívida de Minas com a União. Hoje, o débito é de cerca de R\$ 162 bilhões. Para o encontro, também devem ser convidados o governador Romeu Zema (Novo) e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tadeu Martins Leite, o Tadeuzinho (MDB).

"É muito importante aproveitar o mês de março e avançar de uma maneira definitiva na questão não só da dívida de Minas em si, da situação específica de Minas, como eventualmente uma solução definitiva para todos os Estados, em um grande programa. Não tenho dúvida que em março vamos ter boas novas", afirmou o senador por Minas.

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou até 20 de abril o prazo para o fim da carência do pagamento da dívida. Esta é a data-limite para que governo de Minas e governo federal cheguem a uma solução.

Haddad. Ontem, Rodrigo Pacheco se reuniu com o ministro Haddad, e um dos temas tratados foi a dívida do Estado. De acordo com o presidente do Senado, a equipe do ministro "avançou bastante nos estudos" sobre o tema. Pacheco apresentou um plano alternativo ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) proposto por Zema, que prevê a privatização de estatais e o congelamento dos salários dos **servidores públicos**. O texto do senador prevê, entre outras medidas, a transferência de estatais, como a Copasa, a Cemig e a Codemig, para o controle da União.

Seja qual for a resolução final para equacionar a dívida, ela deve passar pela aprovação tanto do Congresso Nacional como da ALMG. Como pano de fundo da disputa de protagonismo e embates entre Zema e Pacheco para solucionar a situação de Minas, há a eleição para o governo do Estado em 2026. O senador é apontado como um possível candidato, com apoio do presidente Lula (PT), enquanto o atual governador quer eleger um sucessor: o vice Matheus Simões (Novo). (Levy Guimarães/O TEMPO Brasília)

"É importante aproveitar março e avançar de uma maneira definitiva na questão não só na situação específica de Minas, como uma solução para todos os Estados." Rodrigo Pacheco

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

O ano econômico segundo Haddad

O ministro Fernando Haddad fechou ontem em conversa com o presidente Lula e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a solução do problema da MP da reoneração, que tanta reação causou. Será mandado para o Congresso nas próximas semanas um projeto de lei com urgência tratando da reoneração exclusivamente. O programa do setor de eventos, o Perse, e a compensação tributária permanecerão na MP. Na semana que vem deve ser anunciado o novo seguro para reduzir a volatilidade cambial, em mesa na qual estarão o Banco Mundial e o BID, em São Paulo.

Entrevistei por quase uma hora o ministro da Fazenda, a íntegra está transcrita no blog , e foi ao ar ontem à noite na GloboNews. Perguntei sobre a polêmica da semana, a fala do presidente Lula sobre Israel. Ele disse que para ele é muito penoso falar sobre isso como filho de libanês que deixou sua terra pelo crescimento da intolerância religiosa.

- O Padilha (Alexandre, ministro) usou uma expressão no Roda Viva (programa) que eu gostei. Ele falou: aquilo foi um grito de socorro. O presidente passou muitas horas ouvindo depoimentos e vendo imagens fotográficas e filmes sobre o que estava acontecendo em Gaza. O presidente não é um político tradicional que se mantém frio diante da morte de crianças e mulheres na escala que está acontecendo. Eu acho que o grito de socorro do presidente é pertinente. Não podemos ficar indiferentes ao que está acontecendo, que é muito grave.

Sobre o déficit zero, o ministro admitiu que pode vir a ser alcançado em outro tempo que não o anual calendário.

- Enquanto eu for ministro da Fazenda, vou perseverar nessa direção, porque eu acredito que isso vai trazer muitos benefícios para o Brasil. Não tenho nenhuma dúvida de que nós estamos fazendo o que precisa ser feito. Temos que continuar para ter a certeza que esse resultado (déficit zero) virá. Virá em dezembro, em fevereiro do ano que vem ou em outubro desse ano, mas virá. Temos que perseverar para que ele venha.

Sobre a relação com o Congresso, Haddad disse que o que foi acordado entre legislativo e executivo foi cumprido, e só foi vetado o que não estava no acordo. No caso das emendas de comissão, ficou de fora o valor que excedeu ao acordado, e também o prazo de empenho das emendas. Mas o ano será de intensa movimentação da agenda econômica como foi a do

ano passado. Sobre 2023, Haddad lembra que todas as matérias que o governo mandou foram aprovados, mas nada saiu exatamente como foi enviado ao Congresso, o que mostra como o governo está aberto à negociação.

- Agora em março, vamos mandar toda a regulamentação da **reforma tributária**. O Brasil terá um dos melhores sistemas tributários do mundo em muito pouco tempo. Tudo que é polêmico, tudo o que é controverso, tudo o que não houver acordo, vamos discutir. Nós temos que garantir que acontecerá em 2024 o que aconteceu em 2023.

Perguntei sobre redução de despesas, ele disse que houve corte de gastos tributários. Mas não só. O Ministério do Desenvolvimento Social fez cortes no Bolsa Família, excluindo beneficiários não enquadrados, de R\$ 7 bilhões.

-Está havendo um esforço. O Ministério do Planejamento é que está radiografando melhor essas despesas, e vai começar a apresentar um conjunto de possibilidades para o presidente da República.

Quis saber sobre o risco de que a transição ecológica seja capturada por alguns setores, em vez de beneficiar toda a economia. Ele disse que esse é o ponto central, porque a transformação tem que beneficiar toda a sociedade, e não "o velho patrimonialismo brasileiro".

Haddad está otimista em relação à economia brasileira este ano. Ele acredita que, em junho, os juros americanos vão cair e isso beneficiará o Brasil. A queda da Selic vai ajudar que o crédito seja um dos motores do crescimento, que já está sendo revisto para cima pelo mercado.

Perguntei se ele era feliz em um ministério onde há tanta crise.

- Aqui, você fica muito feliz e muito triste, todos os dias. É muito intenso, então a cada vitória a gente comemora, brinda, celebra. No dia seguinte, você pode estar em outra situação completamente diferente. Então é difícil você estar feliz o tempo todo num cargo como esse. Mas eu tive vários momentos de muita alegria com o Brasil ano passado, que se forem mais frequentes vão tornar a nossa vida melhor.

(Com Ana Carolina Diniz)

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2024/02/o-ano-economico-segundo-haddad.ghtml>

Imposto Seletivo sobre petróleo e minério deve onerar exportações

**LUIZ GUILHERME GERBELLI BIANCA LIMA ANNA
CAROLINA PAPP**

Embora a **reforma tributária** tenha beneficiado os exportadores, ao reduzir custos e aumentar a competitividade, a cobrança do Imposto Seletivo sobre minérios e o petróleo "preocupa" o governo, já que esses dois itens estão entre os três mais importantes da pauta de exportações do País. "A gente trabalha com o texto que foi aprovado no Congresso, mas temos algumas questões técnicas que se relacionam com o objetivo de garantir a competitividade exportadora do Brasil. Isso significa que a questão da oneração das exportações nos preocupa", disse ao Estadão a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Tatiana Prazeres.

O Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", incidirá sobre itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente, incluindo a extração de recursos naturais não renováveis. Pelo texto promulgado, a alíquota será de até 1% sobre o valor de mercado do produto extraído. E essa cobrança, diz a secretária, deve impactar a rentabilidade das exportações, já que os preços dos produtos são definidos no mercado internacional - ou seja, não é possível alterar o preço para acomodar esse tributo.

"O Brasil não é um país que tem tradição de imposto de exportação; foram casos muito pontuais ao longo da história. O ideal é que as exportações sejam completamente desoneradas." PESO NA BALANÇA. Por isso, Tatiana diz que a secretaria está participando do grupo de trabalho da regulamentação da reforma para participar desse debate - que já vem mobilizando os setores de mineração e petróleo.

O petróleo e o minério de ferro ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares entre os itens mais exportados pelo País, atrás apenas da soja. O petróleo deve ter exportação recorde neste ano e rivalizar com a soja no topo da balança comercial.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) projeta que, em 2024, as vendas de petróleo podem somar US\$ 43,6 bilhões. Já a projeção para as exportações de minério de ferro é de US\$ 31,5 bilhões.

Tatiana diz que, ao longo da regulamentação da reforma, a secretaria vai batalhar para garantir outros mecanismos que evitem que o produto brasileiro seja onerado, como a preservação do chamado "drawback" - que suspende a cobrança do imposto de importação de insumos para produtos que serão exportados.

"É importante que a regulamentação garanta que isso possa prosperar", disse, ressaltando que, de maneira geral, a **reforma tributária** é "extremamente positiva" para o comércio exterior.

"O ganho do ponto de vista das exportações é evidente."

Peso

Petróleo e minério são dois dos três itens mais exportados pelo País, ficando só atrás da soja

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo enviará ao Congresso PL sobre reoneração da folha

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo federal deve acatar a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para dividir os conteúdos da medida provisória (MP) que propôs a reoneração gradual da folha de pagamento enviando ao Congresso projeto de lei com urgência constitucional para temas que já foram tratados pelo Legislativo. Além da folha, a MP extingue o Programa Emergencial de Retomada dos Setores de Eventos e Turismo (Perse) e limita a compensação de créditos tributários.

- O presidente Pacheco fez uma proposta para o presidente Lula, que me consultou hoje (ontem) pela manhã, em relação ao fato de que os projetos que foram deliberados no ano passado pelo Congresso deveriam ser encaminhados para o projeto de lei com urgência constitucional. Então é isso que nós vamos fazer - disse Haddad ao deixar o ministério da Fazenda, segundo o jornal O Estado de S.Paulo.

O ministro não precisou uma data para o envio do projeto, mas disse que deve ocorrer após a rodada de reuniões do G20 na próxima semana no Brasil e antes do final de março.

Questionado sobre a possibilidade de a discussão da reoneração da folha ficar para 2025, Haddad disse que essa negociação começará com o envio do projeto de lei.

Em relação ao Perse, Haddad afirmou que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a controvérsia em torno dos valores do programa e pediu mais prazo para apresentar os dados tendo em vista a paralisação de auditores fiscais.

- A Receita estava com os trabalhos paralisados até semana passada, que foi semana do Carnaval, voltaram as atividades, estão a pleno vapor e vão nos atender o mais rapidamente possível. Eu tenho G20 semana que vem, mas já combinei com o presidente Lira que eu próprio vou apresentar esses números - disse Haddad.

Ele frisou que não é possível que os setores tenham esse tipo de dado, compilado pelo Fisco.

- Quem tem a estimativa do tamanho do problema é a

Receita Federal, que é quem não recebeu recurso. Nós vamos, com todo o respeito ao Congresso e à ansiedade dos parlamentares, apresentar o que para nós é algo que não se sustenta - disse.

O ministro ainda afirmou que Lira pediu dados da Receita sobre o Perse e que possam ser audita-dos, o que será entregue a ele. Haddad também disse que sugeriu ao presidente da Câmara o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) para assessorar os parlamentares na análise desses dados.

Haddad voltou a dizer que o orçamento brasileiro não comporta esse tamanho de gasto e que não é questão de não querer atender o setor, mas de uma impossibilidade. Questionado sobre a investigação de irregularidades, Haddad acrescentou que o assunto está sendo apurado e que os dados são sigilosos.

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240222&_gl=1*c5mxry*_gcl_au*NDEwODIwNDgwLjE3MDc5ODI0MzguMjg3OTU2NTgxLjE3MDc5ODI0NDguMTcwNzk4MjQ0Nw..

Bancadas impõem condições à reoneração

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Em meio ao impasse em torno da reoneração da folha de pagamentos, o senador Efraim Filho (União Brasil-PB) afirmou ontem que a simples transferência do teor da medida provisória (MP) em vigor para um projeto de lei "não resolverá o problema". Segundo ele, a questão não é apenas de forma, mas também de conteúdo.

"O mero transplante do texto da MP para o PL não resolve, não funciona e não atende às expectativas do Congresso", disse Efraim, ao lado de representantes dos 17 setores beneficiados pelo programa de desoneração da folha de pagamentos.

Os empresários do setor produtivo foram em peso ao Congresso ontem para pressionar pela rejeição da MP editada pelo governo às vésperas do ano-novo. O texto determina a reoneração gradual das atividades a partir de abril, pondo fim ao benefício que vinha sendo prorrogado desde 2011 e indo na contramão das decisões do Congresso.

Segundo Efraim, que é autor do projeto que prorrogava o benefício até 2027, se o governo quiser angariar votos para a nova proposta, terá de apresentar uma medida que se aproxime da versão aprovada na Câmara e no Senado no ano passado, a qual garantia o incentivo fiscal por mais quatro anos.

"O fato de mudar de MP para PL não significa, necessariamente, que será aprovado. Quanto mais o texto se aproximar da lei (que passou no Congresso), mais fácil será ao governo angariar os votos. Quanto mais se distanciar da lei e se aproximar da MP, entendo que mais desafios haverá para conseguir esses votos", disse o senador.

VETO. No ano passado, os parlamentares aprovaram a prorrogação da desoneração até 2027 e criaram, ainda, um benefício a prefeituras de pequenas cidades.

Com isso, o impacto fiscal estimado ficou em R\$ 20 bilhões por ano. O projeto, porém, foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, após o Congresso derrubar o veto, foi revogado por uma MP - irritando os parlamentares, que viram um desrespeito à decisão do Legislativo.

Segundo Efraim, o Congresso não está participando da elaboração do novo PL, que está a cargo do

Ministério da Fazenda.

"Até bom para que não haja nenhum compromisso de voto com a versão que venha." O programa de desoneração da folha foi criado em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), e substituiu a contribuição patronal de 20% para a Previdência, que incide sobre os salários, por uma tributação de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

GOVERNO. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto para tratar do tema, que é considerado crucial para a manutenção da meta de déficit zero nas contas públicas.

Na sequência, o ministro seguiu para a residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Uma eventual devolução da MP ao governo, como defendem empresários e parlamentares, caberia a Pacheco - que, segundo interlocutores, vem pedindo paciência às lideranças.

Para Efraim, a tramitação da MP em vigor é "improvável", uma vez que o próprio Pacheco já disse publicamente que o governo concordou em rever o texto e retirar a parte da desoneração.

A questão é que, além da desoneração da folha de 17 setores atendidos, a MP também extinguiu um benefício tributário para o setor de eventos, o Perse, e criou limites para as empresas fazerem encontros de contas no pagamento de **impostos**.

Os dois temas são de interesse da equipe econômica, porque podem ajudar a aumentar a arrecadação.

O senador afirma que estes temas, além da desoneração para pequenas prefeituras, podem ser a razão da demora no envio da proposta pelo governo.

O prazo para que isso ocorra é o fim de março, uma vez que a MP passa a ter validade em 1.º de abril.

TEMPO. Os setores afetados pela reoneração creem que o governo busca ganhar tempo com a medida provisória, uma vez que está cristalizada a resistência no Congresso contra a iniciativa de Haddad.

Além de não ter de registrar a perda de arrecadação no primeiro balanço orçamentário, o que ajuda a

preservar a meta de déficit fiscal zero, o governo também prepara uma **reforma tributária** da renda, que deverá tratar dos **impostos** incidentes sobre os salários. O prazo para que o governo mostre essa proposta é fim de março.

O presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PL-PR), afirmou que os deputados que compõem a frente não aceitarão nenhum tipo de reoneração aos produtores de proteína animal, contemplados pelo benefício. "Trabalhamos na prorrogação da desoneração e continuamos com a mesma posição.

Não há acordo sobre qualquer opção que reonere minimamente os setores", disse.

A presidente da Feninfra, que reúne as empresas de telecom e call center, Vivien Suruagy, afirmou que o governo adota uma conduta contraditória. "Ao mesmo tempo que o governo concede benefícios a setores com baixa empregabilidade, toma uma decisão que desincentiva atividades que geram empregos com carteira assinada."

Sem negociação Senador Efraim Filho diz que tramitação da medida provisória do governo é "improvável"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Desoneração segue, em recuo do governo

»»*Rafaela Gonçalves*

Após uma queda de braço entre Executivo e Legislativo, o governo concordou em manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para os municípios.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantiu que um acordo político foi construído e que o debate sobre o benefício não será feito por Medida Provisória (MP), mas sim por Projeto de Lei (PL), a ser apresentado pelo governo em breve.

"Em relação à desoneração, a construção política está feita no sentido de que eventuais alterações no programa não se darão por Medida Provisória. O governo concordou com essa premissa, nós ajustamos isso e, em breve, o governo deve anunciar a medida tomada para retirar da MP o estabelecimento dessas alterações na desoneração da folha de pagamento", esclareceu Pacheco.

O anúncio foi feito na noite de ontem, após encontro com o ministro da Fazenda Fernando Haddad, o ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha e os líderes do governo no Senado, os senadores Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP) e Jaques Wagner (PT).

O tema é alvo de embate desde o final do ano passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente o projeto de lei aprovado pelo Congresso, que prorrogou o benefício até 2027. O argumento era que a União perderia R\$ 9 bilhões em arrecadação com o incentivo, que foi criado como medida emergencial em 2011.

Em dezembro, Haddad enviou uma MP propondo a reoneração gradual com análise separada de cada setor com aplicação imediata, medida que desagradou parlamentares e o setor produtivo, que alegava que o fim do desconto na folha previdenciária estava colocando em risco milhares de empregos.

Segundo o presidente do Congresso, o governo deverá apresentar um projeto que traga alterações em relação à desoneração, mas de forma que "não tenha eficácia imediata". "A tramitação da Medida Provisória 1.202 não terá tramitação da desoneração da folha de pagamento, isso, portanto, serve para os 17 setores no sentido de que a desoneração para esses setores está mantida, assim será. Eventuais alterações serão amadurecidas através de projeto de lei", disse

Pacheco.

Em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), outro alvo de polêmica, Pacheco informou que ainda não há um acordo em relação à forma como as alterações no benefício serão tratadas, se por MP ou PL. "Essa discussão ainda não está definida e o governo vai tratar disso, inclusive, com o presidente [da Câmara] Arthur Lira e os líderes da Câmara dos Deputados para chegar a um bom encaminhamento nesse sentido", ressaltou.

Haddad, por sua vez, confirmou ter acatado o pedido do presidente do Senado e afirmou também que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que ele desse mais tempo à **Receita Federal** para analisar os números do Perse antes de começar as discussões sobre o futuro do programa no Congresso.

"Os projetos que foram deliberados no ano passado pelo congresso deveriam ser encaminhados por projeto de lei com urgência constitucional, então é isso que nós vamos fazer", disse o ministro referindo-se à nova tramitação da reoneração da folha.

"Em relação ao Perse, acabei de conversar com o presidente Arthur Lira. Tem uma controvérsia em torno dos valores e quem resolve essa controvérsia é a **Receita Federal**, então eu pedi a ele um pouco mais de tempo", disse o chefe da equipe econômica.

De acordo com Haddad, a iniciativa já causou um impacto de R\$ 17 bilhões aos cofres públicos somente em 2023, enquanto congressistas e empresários do setor dizem que o impacto foi de, no máximo, R\$ 6,4 bilhões.

Pressão Diante da falta de um canal direto de diálogo com o governo, entidades chegaram a se reunir ontem com parlamentares para pressionar por uma resolução do tema. De acordo com representantes dos setores, o impasse estava causando insegurança jurídica, e um custo elevado para todas as empresas, que não sabiam como seria a contribuição patronal a partir de abril.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), pioneira no modelo de pagamento da contribuição patronal de previdência por faturamento, destacou que quando o benefício foi criado, também foram criados comitês de acompanhamento.

"Acho que esses comitês nunca funcionaram e isso não é culpa da iniciativa privada", disse o diretor-superintendente da entidade, Fernando Valente Pimentel, sobre as queixas do governo a respeito da efetividade do benefício tributário na geração de empregos.

Haddad confirma retirada da reoneração da folha de medida provisória, que manterá fim do Perse

Brasília, 21/02/2024 - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a afirmar que a conversa que teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na manhã desta quarta-feira, 21, serviu para revisar medidas que serão encaminhadas ao Congresso para dar continuidade às reformas iniciadas em 2023.

Entre os temas discutidos estava a medida provisória que promove a reoneração da folha de pagamento, para atender ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que pediu o desdobramento do texto. As declarações foram dadas à jornalista Miriam Leitão, da GloboNews, em entrevista gravada à tarde e exibida na noite desta quinta.

Haddad lembrou que a desoneração será suprimida da MP para ser tratada por meio de um projeto de lei com urgência constitucional. Já o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação da compensação tributária seguirão na MP.

O ministro explicou que o PL com a proposta da reoneração será encaminhado com o mesmo texto já enviado na medida provisória e lembrou que o Congresso tem autonomia para promover mudanças que julgar necessárias. Quando o governo mandou [os projetos para o Congresso] sabíamos que abriria uma mesa de negociação. Não foi o suficiente para botar ordem nas contas, disse Haddad.

O ministro voltou a afirmar que entende a controvérsia sobre os números do Perse, mas levará ao Congresso Nacional os números oficiais do programa, obtidos junto à **Receita Federal**. Haddad reafirmou que o programa, nos moldes atuais, é inviável, já que a projeção da Fazenda aponta renúncia de R\$ 20 bilhões anuais. Temos muita segurança do que estamos falando porque lidamos com um órgão de Estado, disse. Haddad também destacou a agenda de revisão de gastos públicos, capitaneada pelo Ministério do Planejamento.

O ministro ainda garantiu que o governo enviará a regulamentação da **reforma tributária** ao Congresso em março.

Sobre a meta de zerar o déficit fiscal, Haddad disse que seu papel é buscar os resultados definidos pelo governo, inclusive a meta de déficit zero, assim como o Banco Central busca cumprir a meta de **inflação**. Por causa disso, segundo o ministro, é preciso perseverar para a obtenção dos resultados e trabalhar para sensibilizar o Congresso sobre a importância das medidas que estão sendo propostas pela Fazenda, como a correção das distorções tributárias.

Brasil levará teses inéditas ao G20 na área financeira

Haddad também afirmou que o Brasil está honrado de presidir o G20 e que o País levará teses inéditas ao grupo na área financeira, como a tributação internacional da renda.

Haddad citou como exemplo a falta de discussão sobre o imposto sobre a herança, que poderia corrigir um problema que ocorre em todo o mundo, com milionários levando suas fortunas para países que não tributem a transmissão dos bens. O Brasil vai propor uma regulamentação para o tema.

Questionado sobre um balanço do seu primeiro ano como ministro da Fazenda, Haddad disse que é difícil estar sempre feliz na posição, mas que a avaliação é positiva.

O ministro também destacou o projeto de transformação ecológica capitaneado pela Fazenda como um dos programas para se observar no médio e longo prazos. Haddad disse que o projeto dialoga com outras ações do governo, como a neindustrialização, e com a **reforma tributária** do consumo, aprovada no ano passado e que será regulamentada neste ano.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/haddad-confirma-retirada-da-reoneracao-da-folha-de-medida-provisoria-que-mantera-fim-do-perse,287ad49d7f944399080a2c0abaea33b6c9zyjnk7.htm>
/

Empresários: manifesto defende desoneração da folha

Agência Brasil

Associações e sindicatos patronais que representam os 17 setores econômicos afetados pela Medida Provisória (MP) que reonerou a folha de pagamento de funcionários lançaram, nessa quarta-feira (21), um manifesto em defesa da desoneração da folha, cobrando que o tema seja excluído da MP editada no final do ano passado pelo governo federal. "Solicitamos que a parte que trata de Desoneração da Folha de Pagamentos na MP 1202/2023 seja retirada, e que o encaminhamento seja feito por um projeto de lei", diz o documento chamado Manifesto a favor da discussão democrática da desoneração da folha de pagamento, que deve ser entre-

que hoje ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL).

Nessa segunda-feira (19), o governo informou que já há acordo para excluir a reoneração da medida provisória. Com isso, o Executivo deve enviar ao Parlamento um projeto de lei sobre o tema. Diferentemente da MP, que tem efeito imediato e, por isso, a cobrança dos **tributos** sobre a folha já retorna em abril o projeto de lei precisa de aprovação e sanção presidencial para começar a valer.

Para os empresários afetados, a MP editada no final do ano passado é "antidemocrática, autoritária e inconstitucional" por contrariar uma decisão anterior do Congresso Nacional, que derrubou o veto presidencial contrário à desoneração. "O que vemos contempora-

neamente é um desrespeito ao que foi votado por três oportunidades no Congresso Nacional", diz o documento.

O texto é assinado por 35 entidades patronais, entre elas, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

A presidente da Confederação Nacional de Tecnologia da Informação e da Comunicação (Contic), Vivian Suruagy, reclamou que a MP criou insegurança para os empresários.

"Essa situação nos faz segurar, infelizmente, todos os investimentos porque é impos-

sível uma empresa do setor como o nosso, de telecomunicações, ter uma situação de aumento de **impostos**. Isso significa o que? Demissão em massa", destacou.

Posição do governo

Já o governo espera conseguir a aprovação de um texto que represente um meio termo entre a reoneração total e a desoneração aprovada no ano passado. O Ministério da Fazenda afirma que a retomada da arrecadação por meio da reoneração da folha de pagamento dos empregados é fundamental para manutenção do déficit fiscal zero nas contas públicas neste ano. Segundo a pasta, as desonerações custam R\$ 20 bilhões por ano e não estão previstas no orçamento.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132535#page/1>

Governo concorda em manter desoneração

A desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, que seria alterada após 1º de abril, está mantida até que o governo apresente um projeto de lei para tratar do tema.

A declaração é do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que se reuniu ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e lideranças parlamentares.

Segundo Pacheco, a solução evita a devolução da Medida Provisória (MP) 1.202/2023, que prevê limitações à desoneração.

"O governo já concordou com essa premissa, nós ajustamos isso e, em breve, o governo deve anunciar a solução para retirar da medida provisória essas alterações da desoneração da folha de pagamento. Depois, eventualmente, o governo pode propor alterações, mas o fará por projeto de lei, sem eficácia imediata. A medida provisória 1.202 não terá tramitação da desoneração da folha de pagamento. Isso, portanto, serve aos 17 setores em suas programações e suas previsões no sentido de que a desoneração da folha está mantida" anunciou Rodrigo Pacheco.

Associações e sindicatos patronais que representam os 17 setores econômicos afetados pela medida provisória (MP) que propõe a reoneração da folha de pagamento de funcionários lançaram ontem um manifesto em defesa da desoneração da folha, cobrando que o tema seja excluído da MP editada no final do ano passado. No início da semana o governo havia informado existir acordo para excluir a reoneração da medida provisória.

Com isso, o Executivo deve enviar ao Parlamento um projeto de lei sobre o tema. Diferentemente da MP, que tem efeito imediato e, por isso a cobrança dos **tributos** sobre a folha já retorna em abril, o projeto de lei precisa de aprovação e sanção presidencial para começar a valer.

Para os empresários afetados, a MP editada no final do ano passado é "antidemocrática, autoritária e inconstitucional" por contrariar uma decisão anterior do Congresso Nacional, que derrubou o veto presidencial contrário à desoneração. "O que vemos contemporaneamente é um desrespeito ao que foi votado por três oportunidades no Congresso Nacional", diz o documento.

O texto é assinado por 35 entidades patronais, entre estas a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil. A presidente da Confederação Nacional de Tecnologia da Informação e da Comunicação (Contic), Vivian Suruagy, reclamou que a MP criou insegurança para os empresários. "Essa situação nos faz segurar, infelizmente, todos os investimentos porque é impossível uma empresa do setor como o nosso de telecomunicações ter uma situação de aumento de **impostos**. Isso significa o quê? Demissão em massa", destacou.

A deputada federal Any Ortiz (Cidadania-RS), que relatou o projeto de desoneração na Câmara, reforçou que só serão aceitas mudanças depois de 2027. "O que nós aprovamos foi a prorrogação da desoneração até 2027. Claro que tem espaço para discutir, mas só depois desse período. O que o governo apresentou na MP, ele vir apresentar em projeto de lei não faz sentido", analisou.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10996>

Conta pode ser reduzida

Germano Ribeiro

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) marcou para esta quinta-feira (22) o julgamento que definirá se as tarifas de transmissão e distribuição de energia elétrica podem compor a base de cálculo do ICMS na conta de luz. Após anos sendo adiada, especialistas acreditam que o assunto terá finalmente um desfecho.

Caso os ministros decidam contra a incidência, os consumidores poderão ter uma redução de até 10% no valor da fatura. O cálculo é da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

O julgamento acontece em sede de recursos repetitivos, no Tema 986. Ou seja, o STJ suspendeu julgamentos em todo o País que tratavam do mesmo assunto para estabelecer uma decisão única para as controvérsias.

No caso, a contestação da inclusão das tarifas Transmissão (Tust) e de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) na base de cálculo do imposto estadual.

Segundo o advogado Arthur Dantas, especialista em **tributos** do escritório Scara-no, Costa e Fonseca, essas tarifas não deveriam ser afetadas pelo imposto, pois não se referem diretamente ao consumo de energia.

Decisão do STJ

"A decisão do STJ poderá excluir tais tarifas da base de cálculo do ICMS. Uma decisão favorável aos contribuintes significaria uma redução considerável no valor das contas de energia elétrica, especialmente para os consumidores de alta demanda". A expectativa, segundo o advogado, é de que o julgamento seja favorável ao contribuinte, "porque é algo bem claro que o ICMS deve ser limitado ao consumo da energia.

A cobrança dessas tarifas não configura consumo de energia", reforça. Os ministros da Primeira Seção também deverão avaliar como fica a devolução do dinheiro pago a mais, no caso do acórdão entender que a cobrança é indevida. Teoricamente, os contribuintes poderiam buscar o ressarcimento dos valores pagos a mais no últimos cinco anos.

Direito

Contudo, o mais provável é que o colegiado limite o alcance desse direito. "O que acontece nesses casos é que os tribunais modulam a decisão. Geralmente eles limitam para o contribuinte que já ajuizou a ação", explicou Dantas.

Assim, no caso de haver uma modulação, somente quem já acionou a justiça para reaver esse dinheiro é que deve ser beneficiado.

A justificativa para essa limitação é o impacto que uma eventual decisão em favor dos contribuintes deve ter no orçamento dos estados.

Consumidores poderão ter uma redução de até 10% no valor da fatura

Somente quem já acionou a justiça para reaver esse dinheiro é que deve ser beneficiado

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Para reduzir conta de luz, governo quer adiantar recursos da Eletrobras

GERALDA DOCA gefalda@bsb.oglobo.com.br
(Colaborou Bruno Rosa)

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse, ontem, que o governo pretende antecipar um aporte de R\$ 26 bilhões que a Eletrobras precisa fazer para reduzir as contas de luz. O plano original, previsto na privatização da Eletrobras, era que o aporte fosse feito em mais de 20 anos. Agora, a ideia é antecipar isso para o curto prazo.

O plano do ministério é usar esses recursos para pagar empréstimos feitos pelas distribuidoras no mercado e que foram repassados aos consumidores por meio das contas "Covid" e "Escassez Hídrica". A conta Covid foi um financiamento emergencial destinado ao setor elétrico durante a pandemia. Já a conta Escassez Hídrica foi criada para auxiliar o setor elétrico diante da falta de chuvas e do acionamento de termelétricas ao longo de 2021. Os valores dessas contas da crise são repassados hoje para a conta de luz, o que acaba aumentando a fatura.

A proposta pode ser implementada por meio de uma medida provisória (MP), a ser editada na próxima semana.

Silveira disse que tem procurado a Eletrobras para que a empresa compreenda a necessidade do setor elétrico e da população e para que ela antecipe esses recursos.

-Tive a ideia de permitir na MP, caso a Eletrobras não se sensibilize e adiante esse pagamento. Caso isso não aconteça, vou submeter ao Congresso ainda a possibilidade de a gente adiantar. Ou seja, securitizar esses R\$ 26 bilhões para minimizar impacto de tarifa - afirmou o ministro.

IMPACTO NA VEIA" Ele explicou a operação, observando que haverá impacto na tarifa "na veia": - É você descontar esses títulos que são da União para que você quite com o mercado financeiro essas dívidas das contas Covid e Escassez, que são pagas hoje a juros muito altos, em torno 12%, 13% ao ano, mais a **inflação**. Queremos minimizar a tarifa. Isso seria impactar a tarifa na veia.

Na privatização, ficou acertado que a Eletrobras faria pagamentos anuais para a Conta de Desenvolvimento

Energético (CDE), que arca com subsídios no setor elétrico e é um dos fatores que pesam na conta de luz.

Ele destacou que o elevado custo da energia no Brasil impede o crescimento econômico e prejudica a classe média e os mais pobres, mas que não existe "mágica", porque o setor é muito complexo. Silveira culpou os subsídios concedidos no passado, sem o devido planejamento, com impactos para os consumidores.

-Temos a melhor energia do planeta e, ao mesmo tempo, temos uma energia cara, que desestimula o crescimento, deprime a economia e sobrecarrega a classe média e os mais pobres -observou.

Silveira disse que o governo deverá encaminhar ao Congresso na próxima semana três MPs sobre o setor elétrico. Uma delas é a medida que prevê a redução das tarifas de energia.

Procurada, a Eletrobras informou que não comentaria o assunto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Voa Brasil não vai garantir passagens mais baratas

O programa Voa Brasil, iniciativa que promete tornar viagens de avião mais acessíveis para parte da população e que deve ser lançado em março pelo governo, não garante passagens mais baratas. O programa vai apenas reunir bilhetes que já custam até R\$ 200.

A iniciativa não contará com subsídios federais e, por isso, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não tem como assegurar uma redução nos preços já praticados pelas companhias aéreas que continuarão tendo liberdade comercial para definirem suas tarifas. Descontos pontuais e promoções dependerão das empresas.

Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), de janeiro e novembro de 2023, 14,9% dos assentos foram comercializados por até R\$ 200. O percentual considera uma amostra de 26,4 milhões de assentos vendidos a preços normais. A Agência não inclui na análise da tarifária alguns tipos de bilhetes, como promocionais ou com desconto.

O programa está sendo debatido há um ano, mas ainda não saiu do papel. O Voa Brasil foi anunciado pela primeira vez em março do ano passado e 2023, mas já teve o lançamento adiado diversas vezes em razão das dificuldades de apresentar uma resposta à reclamação de consumidores de alta nos preços das passagens. Na época, a proposta foi atribuída como um pedido de Lula e previa um público mais amplo, assim como um número maior de bilhetes.

Como o governo não tem a possibilidade de injetar dinheiro para garantir uma redução nas tarifas, a saída encontrada tem sido buscar negociar com as companhias aéreas uma meta de 4 a 5 milhões de bilhetes aéreos de até R\$ 200 por. Seria uma espécie de compromisso de que essas passagens estarão ao alcance do público a ser atingido, que são cerca de 21 milhões de brasileiros entre aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganham até dois salários mínimos (atuais R\$ 2.824), além de estudantes do ProUni. Entre eles, o governo quer dar prioridade para os que não viajaram nos últimos 12 meses.

A plataforma do Voa Brasil funcionaria como uma agregadora do estoque de passagens aéreas disponíveis a menos de R\$ 200. O usuário, então,

poderia verificar se há alguma opção que lhe atenda e efetuar a compra. A ideia é estipular um limite de duas passagens por pessoa. Para o governo, as metas de vendas teriam de ser alcançadas pelas companhias ao longo de 2024. Para isso, o governo quer colocar um contador no site do Voa Brasil, atualizado conforme o número de bilhetes comercializados por até R\$ 200. Seria uma forma de monitorar o cumprimento dos objetivos do programa.

Em 2023, o fluxo de passageiros no modal aéreo foi de 112,6 milhões, mas muitos são viajantes frequentes. O número de pessoas que viaja de avião por ano é menor, cerca de 25 milhões. Na avaliação do governo, o programa poderia incluir outros 2 a 3 milhões de brasileiros no mercado brasileiro de aviação civil. Para o governo, o programa é uma forma de melhorar a imagem sobre o setor aéreo em um contexto de alta nos preços das passagens do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) detectou um aumento de 47,24% em 2023.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/22-02-2024-edicao247610/>

Campos Neto diz que BC acompanha o efeito dos reajustes salariais na inflação

EDUARDO LAGUNA SÃO PAULO EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que a autoridade monetária está acompanhando com atenção a pressão dos salários sobre a inflação.

"Olhamos os reajustes e acordos coletivos no detalhe para entender a pressão de salários", disse Campos Neto em evento da Frente Parlamentar da Economia Verde.

Segundo ele, os últimos dados da inflação de serviços vieram marginalmente piores, comportamento que atribuiu a fatores não recorrentes, como a alta nos preços de serviços bancários.

Campos Neto admitiu que faltam elementos ainda para o BC entender a velocidade do último estágio do processo de desinflação de serviços, a chamada "última milha". "Não temos componentes para entender se a última milha da desinflação de serviços vai se dar de forma linear ou com momentos de convergência mais lenta." Esse cenário não é restrito ao Brasil, já que no resto do mundo a desinflação de bens, com a contribuição da China, que "exporta deflação", vem mostrando comportamento mais benigno do que a de serviços, cujos índices seguem relativamente altos em termos históricos.

FATORES DE RISCO. O grande debate hoje, ressaltou, é sobre quais fatores e riscos serão observados no processo de desinflação daqui em diante. Se o processo for revertido, alertou, o mundo terá de conviver com juros mais altos por mais tempo.

O presidente do BC voltou a chamar a atenção também para o crescimento acima do esperado da economia brasileira, que atribuiu a fatores conjunturais e estruturais, lembrando que os economistas têm errado com frequência as previsões sobre o desempenho da atividade econômica.

DÍVIDA EM ALTA. Da mesma forma, observou, há uma diferença muito grande entre a meta do governo de zerar o déficit fiscal e os cenários do mercado, que vê ainda um déficit de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas primárias neste ano.

O presidente do BC afirmou que, mesmo com o arcabouço fiscal, a dívida pública pode se estabilizar ou subir em menor velocidade, mas não há uma tendência de recuo. "Em algum momento teremos de debater a convergência da dívida brasileira." E destacou também que os juros do Brasil, em termos reais, hoje estão mais perto da taxa neutra do que os de outras economias emergentes.

Pressão Apesar do arcabouço fiscal, executivo diz que não vê tendência de queda para a dívida pública

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado eleva projeções

ALVARO GRIBEL alvaro.gnbel@oglobo.com.br
BRASILIA

Pelo quarto ano consecutivo, o mercado financeiro começa a revisar para cima as projeções de crescimento da economia brasileira. As estimativas de alta do **PIB** neste ano, que hoje estão em torno de 1,6%, segundo a mediana do Boletim Focus do Banco Central, devem se aproximar dos 2,2% estimados pelo Ministério da Fazenda. O secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, diz que os dados recentes de atividade têm referendado o cenário da pasta e que a projeção ainda pode subir após a divulgação do **PIB** do quarto trimestre de 2023, no mês que vem.

Nesta semana, diversas casas de investimentos e bancos já começaram a revisar as projeções para cima. O banco de investimentos UBS BB melhorou a estimativa de 1,4% para 2%. O economista-chefe da JF Trust, Eduardo Velho, alterou a projeção de 1,87% para 2,04%. Alexandre Manoel, da AZ Quest, subiu de 1,6% para 1,8%, mas diz que o viés é de alta. Sérgio Vale, da MB Associados, por ora mantém o número de 1,7%, mas afirma que a taxa deve ficar maior, em torno de 2%. O banco BTG, que hoje prevê 1,7% de crescimento, também diz que a taxa será revista para cima. O entendimento é o mesmo no Itaú Unibanco.

-Nosso **PIB** está em 1,8% para 2024. Mas, como destacamos no último cenário, divulgado em 5 de fevereiro, temos um viés altista, com perspectiva melhor para o crédito à pessoa física e crescimento global mais elevado -disse a economista Natália Cotarelli, do Itaú.

CONSUMO MAIS FORTE

A divulgação do **PIB** do quarto trimestre de 2023 pelo IBGE, no dia 19 de março, deve acionar o gatilho das revisões entre bancos e consultorias. Esse dado é importante para saber em que patamar a economia brasileira estava girando no fim do ano passado, além de servir de parâmetro para o chamado "carregamento estatístico" para 2024. Ou seja, a influência do **PIB** de 2023 sobre o **PIB** de 2024.

Também há o entendimento de que o consumo em 2024 será mais forte, amparado pelo pagamento dos precatórios pelo governo - foram mais de R\$ 90 bilhões que ficaram disponíveis para saques neste ano. Precatórios são dívidas do governo determinadas pela Justiça para as quais que não cabe mais recurso.

O governo Jair Bolsonaro havia limitado o pagamento desses débitos até 2026, mas a gestão Lula decidiu antecipar e quitar o estoque devido. Além disso, o consumo deve ser impulsionado pelo pagamento de dívidas, com a redução dos índices de inadimplência, pelo reajuste do salário mínimo e por programas sociais como o Bolsa Família.

- Nosso número oficial é 2,2%, mas ele pode subir, a depender do resultado do quarto trimestre (do **PIB**). Agora, mais importante do que tentar cravar o dado é entender que a composição do crescimento este ano é mais sustentável, puxada pelos investimentos e com recuperação da indústria - afirmou o secretário Guilherme Mello.

A melhora nas projeções começou após a divulgação do índice de atividade do Banco Central, o IBC-Br, no início desta semana. O crescimento foi de 0,82% em dezembro, pouco acima do esperado, com revisões para melhor também dos números de novembro e outubro. Esses dados tornaram menos provável a hipótese de o **PIB** ficar negativo no quarto trimestre de 2023, o que durante muito tempo vigorou na planilha dos economistas. Agora, a expectativa é que fique estagnado ou ligeiramente positivo.

Alexandre de Azara, economista-chefe do UBS BB, tem uma das visões mais otimistas do mercado para a **inflação**, o que também vai ajudar o cenário no ano. Ele entende que o IPCA de 2024 vai encerrar no centro da meta, em 3%, o que permitirá ao Banco Central reduzir a Selic dos atuais 11,25% para 8% até o fim do ano, um ponto a menos do que o previsto pelo Boletim Focus -que reúne cálculos de aproximadamente 160 instituições financeiras.

Luis Otávio Leal, economista-chefe do G5 Partners, diz que desde outubro de 2023 já previa um crescimento de 2,1% neste ano, maior do que a mediana do mercado. Enquanto 2023 teve impulso do agronegócio e dos gastos promovidos pela PEC da Transição, 2024 terá os efeitos da queda da Selic, que começam a chegar na ponta. Leal estima que o **PIB** do quarto trimestre de 2023 vá crescer 0,1%. Caso o número venha melhor do que isso, ele pode revisar sua estimativa para 2024.

-A gente já sabia que em 2024 não haveria a ajuda do agronegócio. Mas teremos juros em queda e recuperação do mercado de crédito. Isso favorece o consumo. Além disso, o investimento vai aumentar. Isso explica por que já estávamos mais otimistas -

comentou.

EFEITOS SECUNDÁRIOS

Perguntado sobre por que o mercado financeiro tem sido pessimista nas estimativas, Mello acredita que há dificuldade de os modelos captarem efeitos secundários de crescimento, que podem vir de setores como o agronegócio e programas de transferência de renda: - Ninguém erra porque quer, e nós também erramos. No mercado, quem acerta mais ganha mais dinheiro. Então não acredito que haja má-fé ou algo do tipo. Há mesmo uma dificuldade de se captar os efeitos secundários do crescimento de alguns setores, principalmente depois da pandemia.

Para ele, o que mais importa é perceber que há agora uma convergência de visões em torno do crescimento: - O cenário do mercado está ficando mais próximo do nosso, com expectativa de crescimento baixo no primeiro semestre e aceleração a partir do terceiro trimestre.

Silvia Mattos, do Ibre/ FGV, e Nicolas Tingas, da Acrefi, porém, ainda adotam um tom de cautela. Silvia diz que continua prevendo alta de 1,4% em 2024, enquanto Tingas, de 1,8%.

- As sondagens do Ibre neste início de ano vieram mais fracas, e, por ora, vamos manter o número. Mas a economia, mesmo crescendo menos, vai a acelerar ao longo dos trimestres -afirmou Silvia.

Embora os números sejam mais altos, os economistas ponderam que o patamar ainda é baixo para as necessidades de crescimento do país e, por isso, dizem que é preciso continuar buscando o equilíbrio fiscal e a aprovação da agenda de reformas, tanto macro quanto micro, no Congresso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Campos Neto: economistas subestimaram crescimento

RENAN MONTEIRO

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ironizou ontem as projeções subestimadas de economistas sobre a atividade econômica do país. Esse movimento de estimativas abaixo do realizado é observado nos últimos três anos, segundo o chefe da autarquia.

Para 2023, por exemplo, a previsão no início do ano era de uma alta perto de 0,8% no Produto Interno Bruto (PI B). O número fechado ainda será divulgado pelo IBGE em março, porém, os prognósticos do governo, do BC e de consultorias indicam um crescimento próximo de 3%.

-E curioso a gente ver o que os agentes econômicos esperavam de crescimento e o que aconteceu, de fato, nos últimos três anos. Acho que seguir o nosso conselho, o conselho de economistas, em termos de crescimento econômico, tem sido uma péssima pedida - brincou o presidente do BC, em palestra promovida pela Frente da Economia Verde, em Brasília.

MUDANÇA COM A PANDEMIA

Em 2022, houve um movimento parecido. O Boletim Focus, que reúne cálculos de agentes do mercado financeiro, mostrava, pela mediana, uma alta de 0,29% no **PIB**, mas o dado oficial mostrou um crescimento de 3%.

O presidente do BC observou que essa discrepância pode ser vista a partir de 2020, primeiro ano da pandemia. Historicamente, no caso do Focus, ocorria um fluxo contrário, segundo os economistas ouvidos: as estimativas tendiam a ficar acima do efetivamente realizado.

Campos Neto cita, como fatores de influência, no curto e médio prazos, os programas de transferência de renda, sendo o principal o Bolsa Família, que ajuda no estímulo ao consumo. Como "efeito estrutural", ele destaca as reformas realizadas no passado.

Medidas já aprovadas -como as reformas da Previdência e trabalhista -também já foram citadas como exemplos em outras palestras do presidente do BC. Elas estariam contribuindo para fomentar o crescimento da economia.

O primeiro ano da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva teve um impulso econômico do setor agropecuário, que cresceu 21,6% só nos três primeiros meses de 2023. Até setembro, último balanço do IBGE, a agropecuária cresceu 18,1% na comparação com 2023. Na mesma base, o setor industrial teve elevação de 1,2%, e a área de serviços acelerou 2,6%.

Outros fatores incluem o aumento do rendimento da população, por meio de benefícios sociais e com a política de valorização do salário mínimo, por exemplo. A ampliação do poder de compra das famílias foi canalizada para o setor de serviços, conforme relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para 2024, o Ministério da Fazenda projeta crescimento de 2,2% no **PIB**, mais otimista do que a mediana do mercado, de 1,6%. E o setor agropecuário deve apresentar desaceleração, segundo o último Boletim Macroeconômico da Secretaria de Política Econômica (SPE).

Por outro lado, a equipe econômica aposta na expansão da oferta de crédito para as pessoas físicas. Isso porque há perspectiva de redução de juros e diminuição da inadimplência.

No mês passado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aumentou a previsão de crescimento do Brasil neste ano para 1,7%. O número ficou 0,2 ponto percentual acima da estimativa anterior, divulgada em outubro de 2023.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil pode crescer acima de 2% em 2024 (Artigo)

Paulo Gala

CONTEÚDO PATROCINADO POR BANCO MASTER

Por Paulo Gala* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

O IBC-BR, indicador do BC que procura calcular um **PIB** aproximado, trouxe uma alta surpreendente de 0,82% para dezembro em relação a novembro e uma elevação de 0,22% no último trimestre do ano, praticamente eliminando as chances de uma contração econômica do Brasil no final de 2023. Esses dados apontam agora para um possível crescimento de **PIB** anual de 2,9% ou até mesmo 3% em 2023.

O Brasil tem sido palco de notícias econômicas positivas neste início de ano, destacando-se o desempenho robusto na arrecadação tributária, superando as expectativas, o que sinaliza uma perspectiva de melhora fiscal. Notícias sobre um possível superávit primário de quase R\$ 80 bilhões em janeiro por parte do governo federal melhoraram as perspectivas para os juros de longo prazo no Brasil. A perspectiva de melhoria na arrecadação aumenta as chances de cumprimento da meta de déficit primário zero neste ano.

O anúncio de um superávit comercial de mais de US\$ 6 bilhões em nossa balança comercial em janeiro também contribuiu para uma visão positiva para o Brasil no início do ano, especialmente em relação às contas externas. O desempenho robusto das exportações e o superávit comercial mesmo diante de importações em altas históricas no mês indicam uma boa notícia, destacando a força do fluxo de dólares para o Brasil.

O saldo da balança comercial, incluindo as primeiras semanas de fevereiro, já chega a US\$ 10 bilhões. Em comparação com janeiro do ano passado, o saldo

triplicou. Esses resultados positivos geram um influxo significativo de dólares por meio das transações comerciais, um elemento crucial para a economia brasileira.

No front inflacionário, foi divulgada a segunda prévia do IGP, com uma deflação de 0,49%. Destaca-se a persistência da deflação em preços no atacado do I PA, que continua registrando uma queda significativa de 0,84%. O IPC, que mede preços ao consumidor, apresentou alta de 0,48%, enquanto o IINCC, que monitora preços da construção civil, teve um aumento de 0,14%.

A sobre oferta de produtos chineses no mercado mundial tem impactado diversos mercados, gerando um efeito desinflacionário. Embora esse cenário contribua para o controle da **inflação**, prejudica setores industriais, como a siderurgia e a petroquímica brasileiras, que enfrentam desafios para competir com a produção chinesa. Essa questão também levanta preocupações globais, inclusive com ameaças de retaliação por parte dos Estados Unidos.

Os últimos dados de **inflação** mais alta do que o esperado nos EUA também acabaram empurrando os prováveis cortes de juros do Fed mais para o meio de ano, talvez em junho. No Brasil, o BC deve seguir cortando a Taxa Selic até um patamar inferior ao simbólico nível dos 10%. O crédito já mostra sinais de expansão como reação aos cortes de juros, e esse movimento deve se intensificar a partir do segundo trimestre, especialmente no setor imobiliário.

Se o clima contribuir, poderemos ter ainda ajuda no agronegócio para expansão do **PIB**. Os níveis de produção de petróleo e outras commodities continuam robustos, e a produção industrial brasileira deste ano deve ser superior à de 2023. Com todo esse cenário mais positivo, é, sim, possível imaginar um crescimento acima de 2% em 2024.

*

PRINCIPAIS PONTOS

O indicador de **PIB** do Banco Central, IBC-BR, revelou uma alta surpreendente de 0,82% em dezembro em relação a novembro, no trimestre a alta foi de 0,22%. Estes dados praticamente eliminam as chances de

contração econômica no final de 2023, apontando para um possível crescimento anual do **PIB** de 2,9% a 3% em 2023

Desempenho robusto na arrecadação tributária superou expectativas, indicando uma perspectiva de melhora fiscal no Brasil. Notícias sobre um possível superávit primário de quase R\$ 80 bilhões em janeiro pelo governo federal melhoraram as perspectivas para os juros de longo prazo

O anúncio de um superávit comercial de mais de US\$ 6 bilhões em janeiro contribuiu para uma visão positiva sobre as contas externas, indicando força no fluxo de dólares para o Brasil. No ano, nosso superávit comercial já supera US\$ 10 bilhões

A segunda prévia do IGP revelou deflação de 0,49%, com destaque para a persistência da deflação em preços no atacado do IPA com queda de 0,84%. OIPC apresentou alta de 0,48%, e o INCC teve aumento de 0,14%. A sobre oferta de produtos chineses tem gerado efeito desinflacionário global, contribuindo para o controle da **inflação**, mas prejudicando setores industriais, especialmente a siderurgia e a petroquímica brasileiras

Dados de **inflação** nos EUA adiam prováveis cortes de juros do Fed para junho. No Brasil, espera-se que o Banco Central continue cortando a Taxa Selic, possivelmente abaixo de 10%. A reação aos cortes de juros já reflete na expansão do crédito, com expectativas de intensificação no segundo trimestre, especialmente no setor imobiliário. Com esse cenário mais positivo, é viável imaginar um crescimento econômico do Brasil acima de 2% em 2024

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187796>

Fed reforça tom conservador em ata

Gabriel Caldeira e Eduardo Magossi São Paulo

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) reforçou sua postura conservadora na ata da reunião dos dias 30 e 31 de janeiro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês). Com isso, deixou ainda mais distante um corte de juros nos próximos encontros do colegiado. O documento foi divulgado na tarde de ontem.

O mercado já havia desfeito a ideia de um início mais imediato de reduções nos juros desde que indicadores de emprego e **inflação** em janeiro mostraram sinais de economia ainda aquecida. A ata, embora se refira a uma decisão tomada antes da divulgação desses dados, deu mais força a essa visão.

A ata mostrou grande preocupação dos membros do Federal Reserve com os riscos inflacionários nos Estados Unidos e a possibilidade de que as condições financeiras não estejam apertadas o suficiente - ou seja, que as altas nas taxas de juros não tenham surtido o efeito esperado. A maioria dos membros do colegiado notou que há maior risco de iniciar o processo de corte de juros muito cedo do que de começá-lo tarde demais. As taxas estão na faixa entre 5,25% e 5,50%.

Para Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, ata indica que o Fed só deve efetivar um corte de juros na reunião de junho do Fome, e não nos próximos encontros do colegiado, agendados para março e maio. Ele destaca o fato de que os últimos dados do mercado de trabalho e da **inflação** nos Estados Unidos vieram bem mais fortes que o esperado.

Sob a mesma premissa, o UBS alterou o seu cenário-base para o início dos cortes, que passou de maio para junho, segundo nota assinada pelo economista-sênior para os EUA do banco, Brian Rose. Ele também aponta a resiliência da economia americana como o principal fator para o atraso do afrouxamento pelo Fed.

Leal, porém, diz que a cautela e a postura reativa do Fed podem trazer uma pressão desnecessária para a maior economia do mundo. O economista afirma não ter como cenário-base a tese de "pouso suave" neste ano, e espera ao menos dois trimestres de contração do **PIB** dos Estados Unidos. Assim, ele diz enxergar a possibilidade de que o Fed tenha que acelerar o ritmo de cortes no futuro próximo para combater um enfraquecimento mais robusto da atividade.

Segundo ele, essa previsão provém de dois motivos. O primeiro é que entre maio e junho fará um ano desde que a política monetária do Fed está efetivamente contracionista, já que o imbróglio envolvendo o teto da dívida fiscal americana atrasou o efeito do aperto do banco central no primeiro semestre de 2023. Mais importante que isso, Leal projeta um enfraquecimento dos gastos de consumidores em meados do ano, à medida que a poupança se esgotar. Segundo ele, isso deve retirar 1,1 ponto percentual do **PIB** por trimestre em base anualizada.

De qualquer forma, a sinalização atual é que os juros não devem cair tão cedo. Para André Cordeiro, economista-sênior do banco Inter, não há senso de urgência para o Fed dar início aos cortes diante de uma atividade tão forte. Embora ele assuma a chance de que haja uma desaceleração que leve o banco central a acelerar o ciclo de afrouxamento monetário, o cenário atual ainda é de robustez.

Cordeiro diz que serão necessários dados "muito benignos" de **inflação** até maio para que o Fed comece o ciclo de cortes. O economista aposta num início de queda das taxas em junho, em um total de 0,5 ponto percentual até o fim do ano. Leal, da G5, também crê em início em junho, mas espera redução de 1 ponto percentual.

Segundo Ryan Sweet, economista-chefe para os EUA da Oxford Economics, a cautela do banco central soa "estranha", dado o processo de desinflação constante da economia. Isso, afirma, pode deixar o Fed atrasado e transformar uma "aterrissagem suave" em "pouso mais acidentado".

Sítio: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187796>

Com cenário já precificado, ativos têm reação morna a ata

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Os Treasuries, títulos do Tesouro dos EUA, amargaram sessão de perdas ontem em meio à postura conservadora do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) vista em comentários de dirigentes e na ata da reunião de janeiro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome). A contaminação dos mercados locais, no entanto, foi limitada, diante de um histórico recente já negativo.

O rendimento da T-note de dois anos subiu de 4,619% na véspera para 4,67%, e o da T-note de dez anos avançou de 4,280% para 4,320%. Por aqui, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 oscilou de 9,98% para 9,985%; e a do DI para janeiro de 2027 recuou de 9,96% para 9,925%. O Ibovespa teve leve alta de 0,09%, a 130.032 pontos, e o dólar subiu 0,13%, para R\$ 4,9384.

Investidores se debruçaram sobre a ata do Fome, divulgada à tarde. A comunicação um pouco mais conservadora dos membros se confirmou no texto, mas o ajuste das apostas nos últimos dias em relação ao ciclo de cortes de juros já contemplava o cenário de início em junho e, assim, houve pouca alteração nos principais ativos.

Mais cedo, no entanto, falas do presidente do Fed de Richmond, Thomas Barkin, já haviam pressionado os juros. Ele afirmou que os dados de **inflação** em janeiro complicam as próximas decisões do banco central dos EUA sobre taxas de juros. E, embora tenha dito que estava relutante em dar "muito peso" às leituras por conta de questões sazonais, disse que elas não tornaram as coisas mais fáceis.

Segundo o gestor de renda fixa da BlueLine Asset Management, Bruno Santos, a ata trouxe poucas novidades, ainda que alguns sinais mais duros tenham sido observados. "Mas como já tivemos uma reprecificação do início do ciclo de cortes de março para junho, não trouxe muito impacto para a precificação atual", aponta. "É importante ficar de olho nos próximos dados de atividade e de **inflação** para qualquer tipo de mudança." Nesse contexto, a BlueLine tem algumas posições "tomadas" (que ganham com a alta das taxas) na parte intermediária e longa da curva de juros dos EUA, ao mesmo tempo

em que mantém posições "aplicadas" (que ganham com a queda das taxas) em países com atividade econômica mais fraca e que devem iniciar o ciclo de afrouxamento monetário antes do Fed.

Fernando Bresciani, analista do Andbank, opina que, depois do rali do fim do ano passado e da correção mais recente, os mercados locais carecem de uma história própria, que possa mover os ativos apesar das incertezas externas. "Lá fora não há visibilidade sobre corte das taxas, o que indica que os Treasuries não devem se mexer muito no curto prazo", diz.

"Por aqui, é verdade que o ano só começou agora em Brasília, mas precisamos de alguma novidade interna, se não ficaremos acompanhando a volatilidade lá de fora. Com os juros demorando mais para cair nos EUA, a melhora dos mercados que esperávamos para o início do ano pode ter ficado para o segundo semestre. E nessa altura haverá eleições por lá e por aqui. Ou seja, é um cenário ainda favorável, mas que exige cautela." Assim como boa parte do mercado, o estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli, diz ter uma visão otimista para o real. "Estamos há algum tempo construtivos com a moeda brasileira, principalmente na relação contra o euro, porque tem se mostrado mais estável do que ante o dólar." Mesmo que a Selic continue caindo e ainda não haja corte das taxas nos EUA, Giacomelli diz que o real não deve ser penalizado pela redução do diferencial de juros no curto prazo. "Se considerarmos só o diferencial nominal, de fato tem recuado, mas no diferencial real o cenário é outro, porque a **inflação** brasileira é a que mais tem caído nos mercados emergentes. Há duas semanas, em termos de ranking do "carry", o real era o melhor na nossa distribuição", afirma. "Ao longo do tempo, é claro que o diferencial de juros vai cair mais e vai haver um fluxo contrário, mas também teremos uma recuperação econômica, com fluxo para o mercado de ações, por exemplo." Segundo o executivo, é o prêmio de risco por conta de questões políticas e fiscais que estaria afastando o real de uma apreciação mais consistente, que poderia levar o dólar para o patamar de R\$ 4,50 - o que, segundo o estrategista, estaria mais em linha com os fundamentos do país. "Se o Brasil tivesse uma perspectiva de realmente entregar a meta de zero déficit, com um arcabouço fiscal confiável, o real deveria estar 10% a 15% mais forte. A moeda

brasileira ainda está muito longe dos fundamentos, dos termos de troca, do diferencial de juros. Nosso câmbio deveria estar muito próximo de R\$ 4,50 ou abaixo disso", diz Giacomelli em entrevista ao Valor. "Se você me perguntar se há prêmio fiscal e político, eu te respondo que tem, e tem bastante. Acho que é mais de dois dígitos de prêmio."

0,09% foi a alta do Ibovespa, suficiente para voltar aos 130 mil pontos

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187796>

Campos Neto vê inflação de serviços "pouco acima" do esperado

Gabriel Shinohara De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a **inflação** de serviços no Brasil está rodando "um pouco acima", mas em processo de convergência. Campos Neto ressaltou que os últimos números de **inflação** de serviços registraram alguns componentes "um pouco mais altos", como o setor de serviços financeiros, mas pontuou que não estão ligados diretamente à mão de obra e tendem a se ajustar ao longo do tempo.

Segundo o presidente do BC, em evento da Frente Parlamentar Mista para a Criação de Estímulos Econômicos para a Preservação Ambiental em Brasília, a autoridade monetária está olhando "com calma" esse processo. Sobre os serviços, Campos Neto afirmou que está observando se existe alguma pressão no mercado de trabalho, com atenção aos reajustes salariais e acordos coletivos, por exemplo. "Isso é uma coisa que a gente olha no detalhe para ver se tem alguma pressão vinda de salários", apontou.

Campos Neto também pontuou que não há ainda componentes necessários para entender como será a "última milha" da convergência da **inflação** de serviços. "Se essa convergência vai se dar de uma forma linear ou vai ter alguns momentos que você tem convergência mais lenta".

O presidente do BC ainda ressaltou que é importante que a **inflação** siga em processo de convergência para a meta. "A gente entende que **inflação** na meta, **inflação** controlada, estabilidade de preços, é o que garante o crescimento sustentável", disse.

Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que decidiu no mês passado pela redução da taxa Selic para 11,25% ao ano, consta entre os fatores de risco de alta uma "maior resiliência na **inflação** de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado".

No cenário global, Campos Neto destacou que o grande debate hoje é se, para quem entende que o processo da **inflação** é benigno e vai convergir para a meta, quais são os fatores de desinflação que "vamos continuar observando daqui para frente". Ele pontuou que os banqueiros centrais sempre falam do "last mile" (última milha) e há um debate em alguns países sobre

se a última milha está acontecendo, se não está e em qual velocidade.

Sobre os Estados Unidos, o presidente do BC pontuou que a atividade econômica está forte e que há um processo de manutenção de juros, mas com indicação de queda em breve, assim como em outros lugares, como Canadá e zona do euro. Campos Neto ainda disse que o tema da trajetória da dívida americana será muito discutido, porque há uma projeção de crescimento que vai a 180% do **PIB** e o problema seria essa elevação em conjunto com juros mais altos. Segundo ele, com custo de servir a dívida maior, "é como se estivesse roubando a liquidez de outros mercados", como o da dívida privada e o dinheiro que vai para o mundo emergente.

"A gente ainda não sentiu esse impacto na liquidez, porque esse é um processo lento e cumulativo, mas se os juros americanos ficarem mais altos por mais tempo, esse efeito cumulativo começa a aparecer", disse.

Falando sobre a China, Campos Neto ressaltou que os preços de bens vêm caindo bastante e que o país vem exportando deflação. Ele ainda pontuou que há uma desaceleração da atividade econômica com uma mudança no modelo de crescimento mais voltado para serviços, agricultura e mercado interno.

Campos Neto também tratou da questão fiscal brasileira, considerado o grande tema do Brasil por ele. O presidente do BC afirmou que depois do arcabouço fiscal, a trajetória da dívida tende a se estabilizar. "Não converge, ela estabiliza", ressaltando que em algumas projeções a trajetória até continua subindo, mas em uma velocidade menor. "Em algum momento a gente vai precisar falar de como fazer a convergência da dívida", disse.

Em análise sobre os juros, o presidente do Banco Central disse que a taxa real no Brasil está mais perto da taxa de equilíbrio, que não gera **inflação**, nem desinflação, do que outros países emergentes. "É importante observar a distância da taxa real que tem hoje para a taxa de juros real de equilíbrio", disse.

"Isso é uma coisa que a gente olha no detalhe para ver se tem alguma pressão vinda de salários" Roberto Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187796>

Juros mais perto da taxa 'neutra', diz Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que os juros do Brasil, em termos reais, estão "mais perto da taxa neutra frente a outras economias emergentes".

Campos Neto salientou que a diferença entre os juros reais e a taxa de equilíbrio "está bem perto" da observada no mundo avançado e citou o Chile. Ao explicar por que os juros lá estão mais baixos que os do Brasil, observou que a taxa de equilíbrio no Chile, em termos reais, está entre 1% e 1,5%. No Brasil, gira entre 4,5% e 5%. "Por que a nossa taxa de equilíbrio é tão alta?", questionou.

Para explicar o que ocorre na prática, o economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS Gustavo Moraes observa que é preciso pensar que a taxa de juros é o preço do dinheiro, e para se obter crédito há um preço para pedir esse recurso. "A taxa de juros é o preço, portanto, que regula a disponibilidade do dinheiro. Se é abundante, os juros caem, se é escasso, sobem".

Assim, diz o professor, deve remunerar ao menos a **inflação**, para não haver perda do poder de compra. "A taxa neutra é essa taxa acima da **inflação**, que reflete disponibilidade de recursos na economia", reitera.

"Difícilmente com **inflação** ao redor de 4% a taxa de juros poderá chegar a 9% como a maioria das casas prevê", observa. A Selic hoje está em 11,25% ao ano.

INFLAÇÃO E SELIC

A taxa neutra deve remunerar ao menos a **inflação** ou estar acima deste patamar, para que não haja perda do poder de compra. A última leitura do IPCA mostrou um índice de 5,51% em 12 meses. Já a taxa Selic está em 11,25% ao ano.

Enquanto os preços de bens têm comportamento influenciado pela China, que está "exportando deflação", a **inflação** de serviços está muito alta no mundo em razão dos efeitos de um mercado de trabalho aquecido, segundo o BC.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10996>

IIF aponta um crescimento anual recorde

Do Estadão Conteúdo

O Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) destaca que a dívida global cresceu mais de US\$ 15 trilhões no ano passado, o que levou o total a um novo recorde de US\$ 313 trilhões. A relação dívida/ Produto Interno Bruto (**PIB**) recuou pelo terceiro ano consecutivo, em cerca de 2% em 2023.

Por outro lado, a relação dívida/**PIB** em mercados emergentes atingiu novas máximas em 2023, com as maiores altas observadas em Índia, Argentina, China, Rússia, Malásia e Arábia Saudita. Por outro lado, Chile, Colômbia, Turquia e Polônia tiveram recuos de cerca de 10 pontos em suas relações dívida/ **PIB**, compara.

A IIF também avalia que a incerteza sobre a trajetória dos juros nos EUA e o dólar poderia elevar a volatilidade nas condições internacionais de financiamento, o que limitaria a capacidade e a disposição dos mercados emergentes soberanos para acessar os mercados de dívida internacionais.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Alemanha provavelmente está em recessão, diz BC

Eprovável que a Alemanha esteja em recessão agora que a demanda externa está fraca, os consumidores continuam cautelosos e o investimento doméstico está retido pelos altos custos de empréstimos, disse o Bundesbank, banco central do país, em um relatório mensal publicado nesta segunda-feira (19).

A Alemanha tem enfrentado dificuldades desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, que elevou os custos de energia, e sua vasta economia, com forte presença do setor industrial, está agora em seu quarto trimestre consecutivo de crescimento zero ou negativo, o que pesa sobre toda a zona do euro.

"Ainda não há recuperação para a economia alemã", disse o Bundesbank.

"A produção pode diminuir ligeiramente de novo no primeiro trimestre de 2024. Com o segundo declínio consecutivo na produção econômica, a economia alemã estaria em uma recessão técnica."

Esse fraco desempenho levantou questões sobre a sustentabilidade do modelo econômico alemão e os críticos argumentam que grande parte de sua indústria pesada, que depende de energia, está sendo excluída dos mercados internacionais, o que justifica uma transformação econômica.

O governo, no entanto, recuou em relação às projeções pessimistas, argumentando que se trata apenas de uma tempestade perfeita de altos custos de energia, fraca demanda chinesa e **inflação** rápida que temporariamente retém o crescimento, mas não questiona fundamentalmente a estratégia econômica.

Por enquanto, a fraqueza persistirá, argumenta o banco central alemão.

A demanda industrial externa está apresentando tendência de queda e a carteira de pedidos está diminuindo.

As empresas também estão retendo os investimentos, em parte porque os custos de financiamento aumentaram acentuadamente desde que o Banco Central Europeu (BCE) elevou as taxas de juros a um nível recorde para combater a **inflação**, disse o Bundesbank.

O alto crescimento dos salários nominais também está afetando as empresas e as greves em setores-chave, como o de transportes, também podem pesar sobre o crescimento no trimestre.

A interrupção do transporte marítimo no Mar Vermelho, no entanto, não terá um impacto significativo porque há muita capacidade ociosa no transporte marítimo e porque os custos de frete são apenas uma pequena parte do custo geral das mercadorias, disse o Bundesbank.

Embora a perspectiva seja fraca, o banco disse que não espera nenhuma deterioração importante no mercado de trabalho e que a Alemanha não está enfrentando uma recessão prolongada e de base ampla.

"A fase fraca da economia alemã, que vem ocorrendo desde o início da guerra de agressão russa contra a Ucrânia, continuará, portanto", acrescentou o banco.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Jornal-A-Gazeta-AP-21-02-2024.pdf>

Japão em recessão: e o Brasil com isso? - ECONOMIA PARA TODOS

GUILHERME ALMEIDA

Na última semana, o Japão divulgou dados do seu Produto Interno Bruto (**PIB**) que revelaram uma recessão técnica, caracterizada quando há recuo nessa métrica por dois trimestres consecutivos.

O fraco desempenho da atividade fez com que o país asiático perdesse seu posto de terceira maior economia do mundo para a Alemanha. Nesse artigo, irei explorar o que levou a antiga economia a este cenário.

Além de componentes estruturais, como o fato de o país sofrer há décadas com uma queda da população em idade produtiva, a economia japonesa enfrenta uma conjuntura desafiadora. **Inflação** nas máximas de quatro décadas, uma moeda fraca e preços de alimentos em alta são alguns dos fatores que impactam a dinâmica da economia por lá.

O **PIB** caiu 0,4% de outubro a dezembro, seguindo uma queda revisada de 3,3% nos três meses anteriores.

Embora os lucros corporativos estejam em níveis recordes, o mercado de ações em alta e as taxas de desemprego em baixa, os gastos dos consumidores e os investimentos produtivos, impulsionadores-chave da economia, estão em franca deterioração.

O fraco iene japonês é uma questão sensível para o banco central local. Embora aumente o custo dos bens importados e pressione a **inflação**, beneficia as principais empresas japonesas que exportam e trazem ganhos estrangeiros para o país em moeda local. A política monetária mais flexível do Banco do Japão, mantidas mesmo com o aumento das taxas pelo Banco Central Europeu e pelo Federal Reserve, contribuíram para a fraqueza da divisa, tornando-a atraente para investidores globais.

Embora a economia da Alemanha tenha superado a do Japão no último ano, ela o fez em termos nominais.

Quando avaliamos a Paridade do Poder de Compra, isto é, quando consideramos o poder de compra das diferentes moedas em termos de uma cesta de bens e serviços, essa mudança pode levar mais tempo.

Projeções do Fundo Monetário Internacional indicam que o **PIB** japonês deve atingir US\$ 7,38 trilhões nesse critério até 2028, enquanto o alemão deve alcançar US\$ 6,55 trilhões. No conceito nominal, porém, é provável que, em breve, o Japão também perca o quarto lugar entre as maiores economias para a Índia.

O desafio em manter essa posição está atrelado à população em declínio na terra do sol nascente, contrastando com o crescimento vigoroso do país mais populoso do mundo.

Você pode estar se perguntando: e o Brasil nisso tudo?

Apesar de o Japão não ter o mesmo destaque comercial que a China ou os Estados Unidos, é um parceiro importante, com uma relação que vem desde décadas atrás. A imigração japonesa para o Brasil teve início em 1908, com a chegada do navio Kasato Maru, apresentando um papel significativo no desenvolvimento da agricultura brasileira. Mas foi no século XX que o Japão se tornou um parceiro comercial vital, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando o país asiático estava reconstruindo sua economia.

O Japão é o nono maior destino das exportações brasileiras, principalmente de produtos agrícolas como soja, carne bovina e minério de ferro, representando cerca de 2% do total exportado por nós. Da mesma forma, é o décimo maior fornecedor de produtos para o Brasil. De lá, importamos produtos manufaturados de alto valor agregado, como automóveis, eletrônicos e máquinas.

Aos leitores mineiros, essa relevância também é notória para o estado: em 2022, as exportações de Minas Gerais totalizaram US\$1,01 bilhão para o país asiático.

Fato é que o Japão é um mercado crucial para os produtos brasileiros, ajudando a diversificar nossas exportações e reduzir nossa dependência de outros mercados. Além disso, o investimento japonês no Brasil contribui para o desenvolvimento da infraestrutura, para a geração de empregos e para a transferência de tecnologia.

A relação entre a economia brasileira e a japonesa é estratégica e de longo prazo. A interdependência comercial, os investimentos mútuos e a cooperação em diversas áreas destacam a importância dessa parceria para o desenvolvimento de ambos os países. Desta forma, o choque observado em uma das mais antigas economias do mundo certamente será sentido por aqui.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-22-02-2024/>